

ABORDANDO A EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO NO ESPAÇO DO PETI

Área temática: Educação

Responsável pelo Trabalho: Mayra Taiza SULZBACH

Instituição: Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Nome de Autores: Mayra Taiza SULZBACH¹; Valdir F. DENARDIN²; Hicari M. C. RODRIGUES³; Angélica M. MATHEUS³; Caroline R. SOUZA³; Daniele SILVA³; Rodolfo OLIVEIRA E SILVA³; Mayara P. BRESOLIM³; Nataly C. ZAMPERIN³

Resumo

O Projeto Planejamento Familiar das Finanças Domésticas no Litoral do Paraná tem como objetivo contribuir com o conhecimento sobre a inclusão da mudança de atitude pessoal em relação ao estilo de vida adotado, auxiliando em uma construção coletiva de sustentabilidade social, econômica e ambiental, tendo como missão causar reflexões sobre as ações do homem sobre a natureza, sendo esta intencional ou não, na aceleração da degradação do planeta e as conseqüências sobre as futuras gerações. O Projeto aborda o conceito dos três Rs (reduzir, reciclar e reutilizar), passando às crianças e aos adolescentes inseridos no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI conhecimentos acerca de consumo consciente, uso racional de bens (duráveis e não-duráveis), promovendo a reflexão sobre a responsabilidade de todos dos problemas ambientais, bem como sobre seus atos, ou ainda, a sua postura individual (família) neste processo. Há três anos atuando no litoral paranaense (Matinhos, Guaratuba e Pontal do Paraná) o Projeto encontrou resultados subjetivos nas unidades em que concluiu seus trabalhos, observando mudanças no comportamento e atitudes dos envolvidos. Concluí-se, baseado nas declarações dos profissionais responsáveis pela coordenação dos Programas, que o Projeto ocupou um importante papel na construção do conhecimento, através do desenvolvimento de atividades lúdicas (poder criar) e da interação com alunos universitários (conhecer uma realidade muitas vezes desconhecida). Contribuiu fundamentalmente com a o reconhecimento da sociedade a estão inseridas, evitando o trabalho infantil.

Palavras-chave: consumo consciente; meio ambiente; educação.

Introdução

O consumo excessivo está gerando impactos ao meio ambiente, especialmente pela exploração dos seus recursos naturais para elaboração dos bens, que muitas vezes são descartados sem uso, bem como os resíduos são rejeitados no solo, água e ar. Este problema se agrava a partir da inserção do modelo produção capitalista, entre o século XIX e XX. As grandes descobertas que contribuíram para a formação da sociedade moderna e

¹ Professora da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral e Coordenadora do Projeto de Extensão.

² Professor da UFPR – Setor Litoral e Vice-Coordenador do Projeto de Extensão.

³ Estudantes da UFPR – Setor Litoral, bolsistas e voluntários do Projeto de Extensão.

contemporânea, que impulsivamente vem consumindo excessivamente bens que não já não tem valor de uso, apenas valor de troca, ou seja, bens que são substituídos quando cada novo produto é lançado no mercado.

Com a ampliação do processo industrial a exploração dos recursos naturais aumentou, acelerando a escassez de alguns recursos. Por outro lado, o meio ambiente não consegue absorver novos produtos lançados a ele, degradando-o, especialmente porque aqueles insumos ou produtos não faziam parte da natureza. Os impactos causados tornaram-se irreversíveis e as conseqüências estão sendo sentidas neste século com o aquecimento global, catástrofes naturais, dentre outros. Se planos não forem realizados para preservar o que ainda existe, ter-se-á o agravamento desse quadro. Segundo Ciquetti (2006) *os adjetivos “sustentável” e “consciente” são adequados e necessários para uma saída alternativa ao problema em discussão*. Os impactos ambientais negativos são causados pela extração, fabricação e rejeito de produtos que muitas vezes não foram utilizados. Tais atitudes demonstram o desconhecimento da sociedade contemporânea sobre a qualidade de vida das futuras gerações.

Os padrões insustentáveis de consumo também causam impactos socioeconômicos negativos, tal como o endividamento financeiro, causado principalmente pelo consumo sem reflexão se há real necessidade de compra, a falta de horários de lazer, pela necessidade de longas jornadas de trabalho, em busca de maior remuneração, a desestruturação familiar, também decorrente da busca por maior renda familiar.

O que fazer neste momento em que a sociedade começa a despertar e dar importância a preservar o meio ambiente? Conscientização. Alertar a todos com uma linguagem comum sobre os reais problemas, muitas vezes não tem efetividade, caindo no senso comum, por falta de conhecimento profundo sobre o tema. Despertar o pensamento refletivo e o discurso crítico é o caminho para desenvolver uma sociedade responsável e sustentável.

A comunidade ao receber conhecimento e práticas de valores em relação ao consumo consciente, uso racional dos bens públicos e privados, classificação dos bens, responsabilidades sobre o meio ambiente, planejamento familiar entre outros passa a ver o planeta onde vive com mais respeito, bem como adquire novos hábitos, repassando o conhecimento aos demais de sua comunidade. Neste sentido, o Projeto Planejamento Familiar Finanças Domésticas no Litoral do Paraná objetiva conscientizar a comunidade para novas práticas e valores de vida em relação ao consumo dos bens duráveis e não duráveis, sensibilizando para mudanças de hábitos de consumo. Tal objetivo é viabilizado

através de metodologias participativas com a comunidade: oficinas, vivências, reunião com as famílias, diálogos e representação teatral.

O Projeto tem em sua essência trabalhar com conceitos de sustentabilidade e de conscientização do consumo visando melhorias no desenvolvimento humano. Parte-se do pressuposto que o indivíduo de posse do conhecimento construído o desfrutará para uma constante melhoria de vida para si e para as futuras gerações. Busca-se também estender estas reflexões às famílias da comunidade externa atendida, possibilitando a reflexão tanto no ambiente da escola como do lar, considerando a comunidade a qual pertence.

Material e Metodologia

O respeito à cultura local foi determinante na construção metodológica do Projeto. O Projeto aborda o conceito dos 3 Rs (reduzir, reutilizar, reciclar), levando conhecimento aos participantes sobre consumo e resíduo. Busca-se mostrar aos participantes a importância de tomar cuidado com o meio ambiente e ajudar a preservá-lo. O conhecimento é exercitado através de oficinas com temática ambiental e custos, onde os participantes confeccionam entre outros jogos, presentes, brinquedos com resíduos secos, tendo como intuito a aprendizagem. Ao mesmo tempo em que as crianças e adolescentes reduzem os resíduos, aproveitando-os, exercem a criatividade. Ao participar da preservação ambiental, da valorização da amizade, do exercício da construção em grupo e da importância das relações familiares, tem-se um homem modificado pelo conhecimento (SULZBACH, 2009).

As oficinas são planejadas de modo a utilizar o mínimo de recursos materiais novos, causar o mínimo de impacto negativos ao meio ambiente e, reduzir os volumes de resíduos. Os materiais são trazidos das casas das crianças e dos adolescentes, bem como da residência dos alunos da Universidade, estes são transformados pelo conhecimento através de brincadeiras, retornando a casa da comunidade alvo sob novo formato e utilidade.

Além das oficinas realizadas no ambiente do PETI, o Projeto incorpora a preocupação com o processo de construção do conhecimento (aprendizagem) dos envolvidos (professores, bolsistas universitários e voluntários). Portanto, além das ações realizadas com a comunidade outros ganhos são registrados: conhecimento na temática ambiental (montagem das oficinas); desafios à criatividade (confeção de jogos); trabalho cooperativo (vivência); inserção na comunidade (bingo da família); apresentação do discurso em público (teatro e rodas de diálogos), troca de conhecimento científico (divulgação dos resultados). Nas ações ocorridas através de oficinas se registra ganhos

substanciais além do conhecimento do tema proposto. Nas intervenções busca-se incentivar que as crianças e os adolescentes criem objetos que possam utilizar, ressaltando que a satisfação deve ser maior em consumir aquilo que produziu ao invés da escolha por produtos industrializados. Nestas interações observou-se que eles são capazes de confeccionar jogos, presentes e brincadeiras, com vínculos afetivos.

Resultados e Discussões

Antes do início da efetivação das ações com a comunidade os alunos da universidade exercitam o convívio no Grupo, após inicia-se as ações com um primeiro encontro com as crianças do PETI, este ocorre para as apresentações e para iniciar o convívio de uma forma divertida. A equipe do Projeto exercita a proposição de encontros diferentes de uma aula, ou seja, através de conversas e/ou brincadeira. Os encontros com o público alvo ocorrem no contra turno do período escolar, tempo destinado para estudar, pesquisar, fazer as tarefas, além das atividades propostas pelo Programa, exigindo da equipe um planejamento de forma a tornar prazeroso o momento.

As crianças e adolescentes devem ver a equipe do Projeto não como professores, mas sim como jovens que se preocupam com o amanhã e que se identificam como atores sociais.

O “Encontro com os Responsáveis” e o “Bingo da Família” são atividades propostas para promover o encontro da equipe do Projeto com os responsáveis pelas crianças e adolescentes. Este serve para demonstrar aos responsáveis a proposta do Projeto e como esta se desenvolvendo semanalmente com seus filhos. Esses encontros foram avaliados como positivos pelos responsáveis pelo Programa PETI, especialmente pela mudança de atitude das crianças e adolescentes durante e após as intervenções.

O Projeto é avaliado semanalmente pela equipe, levantando os pontos positivos e negativos, tanto do desenvolvimento das atividades junto a comunidade, bem como pelo planejamento e produção de relatórios (demonstrativo da construção do conhecimento). Neste sentido, constantemente ocorrem alterações e adequações que se avaliam como necessárias.

Como o Projeto já encerrou suas atividades nas unidades de Matinhos e Guaratuba, observou-se no comportamento das crianças e adolescentes mudanças relevantes, quanto ao respeito pelos professores, na interação entre eles, e na participação tanto das oficinas do Projeto quanto nas do Programa.

Conclusão

O Projeto não tem como quantificar o resultado de suas ações, uma vez que trabalha com a mudança de atitudes e comportamento diário. Porém, no decorrer da execução do Projeto percebia-se a aceitação aos novos conhecimentos por parte das crianças e adolescentes do Programa. Fato este que fora confirmado através dos depoimentos das coordenadoras, professoras e tutores do PETI e especialmente da comunidade atendida. Após o término das ações junto à comunidade, os responsáveis pelo Programa relataram que as crianças e adolescentes estavam mais calmas, menos competitivas e mais participativas nas atividades que lhes eram propostas. Não se pode afirmar nada sobre a atitude das crianças em suas casas, pelo vínculo ter sido estabelecido pelo Programa.

O ganho mais relevando para a equipe do Projeto é que as crianças e adolescentes continuam freqüentando as Unidades do PETI, ao invés desenvolver o trabalho sob diversas formas. Através do saber fazer, as crianças reduzem suas necessidades de consumo pela troca, pois essa necessidade é suprida pelo conhecimento, pelo prazer de criar e pela oportunidade de reciclar e reutilizar o que disponibilizam.

A equipe do Projeto, constantemente recebe novos membros, no entanto, os membros que egressam da Universidade sentem-se motivados a continuar a atuar na comunidade. Atualmente realiza suas atividades na Unidade de Ação Social Proteção Já no Balneário de Praia de Leste em Pontal do Paraná- PR.

Referências

SULZBACH, M. et al. Conscientização sobre o consumo consciente dos bens duráveis e naturais com crianças vinculadas ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

SULZBACH, M. et al. Planejamento Familiar das Finanças Domésticas No Litoral Do Paraná. Semana Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2009.

SULZBACH, M. et al. Projetos universitários contribuindo para um desenvolvimento sustentável: o Projeto Planejamento Familiar junto ao PETI de Matinhos – PR. 5º Seminário sobre Sustentabilidade – FAE. Curitiba – PR, 2010.

CINQUETTI, Heloisa; CHALMERS Sista; AMADEU, Logarezzi (orgs.). Consumo e Resíduo: Fundamentos para o trabalho educativo São Carlos: EduFSCar, 2006.

ABUSO SEXUAL E MAUS-TRATOS EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES: RECONHECENDO OS SINAIS

Área temática: Saúde.

Responsável pelo trabalho: Bárbara Stelzer Lupi (2)

Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA)

Nome dos autores: Helena Terezinha Hubert Silva (1); Bárbara Stelzer Lupi (2); José Felipe Goularte Juchem (3); Giesse Albeche Duarte (4); Melaine Czerminski Larré (5).

¹Docente da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre e Coordenadora do Projeto.

²Acadêmica do Curso de Graduação em Medicina da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre e Bolsista. ³Acadêmico do Curso de Graduação em Medicina da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre e Bolsista. ⁴Acadêmica do Curso de Graduação em Fonoaudiologia da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre e Bolsista. ⁵Acadêmica do Curso de Graduação em Fonoaudiologia da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre e Bolsista.

Resumo

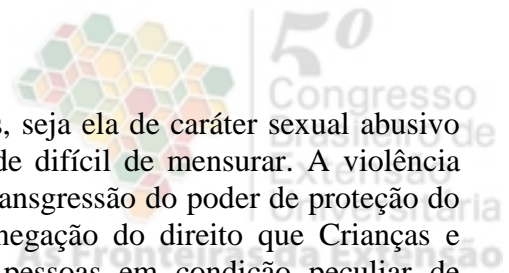
Introdução: O abuso sexual, os maus-tratos físico-psicológicos e a negligência contra crianças e adolescentes é um problema de saúde pública, afetando a sociedade como um todo. A grande maioria das pessoas hesita em denunciar suspeitas de maus-tratos por temor de envolver-se com processos legais e desejo de proteção à família. Esse comportamento, entretanto, somente contribui com a perpetuação dos padrões de violência e não protege a família e suas vítimas. **Objetivo:** identificar os sinais de risco dos maus-tratos e abusos sexuais apresentados por crianças e adolescentes. Estimular o comprometimento com a efetiva ação de denúncia promovendo a prevenção e a saúde integral. **Material e Métodos:** utiliza-se técnica da dinâmica de grupo “folha de papel amassada”, apoiada por apresentação multimídia, sendo desenvolvida pelos bolsistas e supervisionados pela coordenadora do projeto “Enfrentamento à violência infanto-juvenil”, palestra dialogada com os participantes buscando esclarecer quais sinalizadores auxiliam na identificação e encaminhamento destes fatos. Estimula-se o compartilhamento de experiências com identificação da rede de acolhimento às vítimas infanto-juvenis da violência. **Resultados:** espera-se que com os esclarecimentos, reforços de informações e discussão de casos específicos haja efetiva participação dos congressistas e estes se tornem multiplicadores junto as suas comunidades. A atividade é desenvolvida positivamente pelo projeto “Enfrentamento à violência infanto-juvenil” da UFCSPA. **Conclusão:** Realizar o diagnóstico da ocorrência de abusos e maus-tratos é dever de qualquer cidadão, em especial dos profissionais da saúde, dos educadores e dos indivíduos atuantes na proteção à infância e juventude. A integração multiprofissional deve promover as transformações necessárias.

Palavras chave

Violência Infanto-Juvenil, Saúde, Escola.

Introdução

A violência sofrida por crianças e adolescentes, seja ela de caráter sexual abusivo ou de maus-tratos, é um problema social de amplitude difícil de mensurar. A violência contra crianças e adolescentes “implica, de um lado, transgressão do poder de proteção do adulto e, de outro, coisificação da infância, isto é, negação do direito que Crianças e Adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.” (AZEVEDO, 1997, apud DAY, 2003, p.13). “A agressão contra a



criança e o adolescente não é uma prerrogativa das classes populares [...]. Os maus-tratos são encontrados em todos os níveis sócio-econômico-culturais.” (BACKES, 1999, p. 4).

Ainda que seja um assunto sobre o qual a grande maioria das pessoas comente e outra grande maioria presencie, a parcela de pessoas preparadas de fato para lidar com o problema é mínima. “A atitude dos profissionais frente à abordagem dos maus-tratos cometidos contra a criança e o adolescente se encontra intimamente relacionada com a visibilidade ou não que o problema assume em seu cotidiano.” (GOMES, 2002, p. 277). O resultado disso é que muitas pessoas lidam com o problema sem estar preparadas, e outras se deparam com ele ocasionalmente e acabam ficando omissas na insegurança. “A efetivação de um atendimento depende da possibilidade de ser capaz de identificar a presença ou a suspeita da violência nos diferentes casos atendidos. Por outro lado, ter ou não visibilidade depende, dentre outros aspectos, da escuta e do olhar ampliados que o profissional consegue imprimir em seu atendimento.” (GOMES, 2002, p. 277).

O Estatuto da Criança e do Adolescente é uma ferramenta importante com a qual o Brasil conta hoje para tentar garantir à criança e ao adolescente seus direitos. “Considerado um avanço na garantia dos direitos da população infanto-juvenil, o Estatuto trata, além de outros temas, da prevenção e da repressão à violência, praticada contra crianças e adolescentes, ocorra ela no ambiente intra ou extra-familiar.” (SILVA, 2002, p.141) Infelizmente, o conhecimento da população em geral, e até mesmo das pessoas aptas a lidar com a violência, é insuficiente para confrontar o problema. A violência contra a criança e o adolescente tem repercussões sociais de grande porte. É um problema de saúde pública, uma vez que as vítimas, crianças e adolescentes, necessitam de atenção e apoio, tanto na fase aguda do episódio de violência, quanto durante anos após o ocorrido (algumas vezes, durante toda a vida). Entretanto, devido à falta de notificações e até mesmo a dificuldade dos indivíduos (incluindo profissionais que lidam com a criança e o adolescente) de identificar o problema, dificulta o acesso ao apoio para o restabelecimento dos violentados para uma vida digna. Além disso, admite-se que os que sofrem a agressão hoje têm grande probabilidade de se tornarem adultos com comportamentos anti-sociais e/ou violentos no futuro, ainda mais se não receberem o apoio necessário, o que caracteriza um problema social e, provavelmente, uma nova vítima agredida por esse agressor no futuro.

Muitas conseqüências podem advir do abuso e da violência da criança e do adolescente, como “[...] danificar o desenvolvimento físico e mental, tornando-as vulneráveis ao uso de drogas, à prostituição, à depressão, à agressividade, às doenças sexualmente transmissíveis, ao vírus da imunodeficiência humana” (ALVES, 2010),

Objetivos

Apresentar aos ouvintes, de uma forma expositiva associada a uma forma interativa, o tema da violência sexual e os maus-tratos às crianças e adolescentes. Através de relatos das nossas experiências com o Projeto de Extensão Enfrentamento à Violência Infanto-Juvenil.

Envolver o público ouvinte na causa do enfrentamento à violência, dando ênfase à violência sexual e aos maus-tratos físicos da criança e do adolescente. Orientar os ouvintes em relação às denúncias de violência e os órgãos competentes a recebê-las. Apresentar ao público e debater aspectos do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Discutir com a platéia idéias trazidas a nós por autoridades no assunto, com as quais entramos em contato durante os seminários do projeto “Enfrentamento à violência infanto-juvenil”. Por fim, apresentar os sinais físicos e psicológicos do abuso sexual e dos maus-tratos físicos, para familiarizar a platéia e estimular seu comprometimento com a ação de denúncia, promoção e proteção da saúde da criança e do adolescente.

Materiais e Métodos

Através de palestra expositiva com apresentação multimídia, os bolsistas do projeto, supervisionados pela professora da disciplina de Medicina Legal da UFCSPA e coordenadora do projeto “Enfrentamento à violência: capacitação multidisciplinar do profissional da saúde e do educador”, discutem os aspectos da violência sexual e dos maus-tratos em crianças e adolescentes. A abordagem vai do Estatuto da Criança e do Adolescente até os sinais objetivos da violência perceptíveis nas vítimas, passando pela discussão de idéias abordadas por autoridades no assunto, que palestraram em diferentes oportunidades criadas pelo Projeto “Enfrentamento à Violência Infante-Juvenil”. A apresentação multimídia inclui figuras, textos, citações, músicas e técnica interativa de dinâmica de grupo, que utiliza uma folha de papel para servir de meio de expressão do público (utilizando as mãos e amassando a folha), motivados pelo sentimento de querer mudar a realidade brutal que muitas crianças e jovens são submetidos diariamente no mundo. Ao olharmos a folha amassada, não é possível torná-la novamente no que era antes (uma folha sem marcas), e o mesmo acontece com a violência infante-juvenil.

A nossa experiência como bolsistas na abordagem do tema enfrentamento à violência, através de oficinas realizadas em escolas de Porto Alegre e direcionadas aos professores, tanto quanto como tutores no decorrer de curso de “Enfrentamento à Violência - modalidade educação a distância” e assistentes nas palestras de autoridades no assunto, convidadas aos “Seminários Violências no Ciclo da Vida”, ações integrantes do projeto de extensão “Enfrentamento à violência: capacitação multidisciplinar do profissional da saúde e do educador”, contemplado pelo edital nº 5 - Programa de Extensão Universitária PROEXT 2010 – MEC/SESU, será utilizada na confecção de apresentação multimídia e na interação com o público, sendo estimulado o diálogo e o compartilhamento de experiências entre todos.

Resultados

Espera-se obter, com a exposição do material multimídia, a atividade interativa, o diálogo com a platéia, o confronto de experiências pessoais e a discussão de idéias já solidificadas nessa área, uma participação ampla do público, com crescimento cultural. Esperamos também obter os mesmos resultados que já obtidos nas escolas onde realizamos a mesma oficina: interesse dos alunos e participação.

Ao discorrer sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, expor os sinais físicos e psicológicos de abuso sexual e maus-tratos às crianças e adolescentes e orientar quanto aos órgãos competentes para receberem a denúncia, esperamos influenciar os ouvintes e proporcionar-lhes instrumentos operacionais para, de fato, serem multiplicadores e levarem à sociedade o Enfrentamento à Violência Infante-Juvenil.

Conclusões

O tema dos maus-tratos e do abuso sexual de crianças e de adolescentes é muito complexo, e deve ser abordado de forma ampla pela sociedade, não só repudiando a idéia de tais atos, mas ensinando e aprendendo a reconhecer os sinais desses tipos de violência, além de denunciá-los para as autoridades competentes. “Trata-se de uma população cujos direitos básicos são, muitas vezes, violados com prejuízo para seu desenvolvimento físico e mental.” (SILVA, 2003, p. 18).

Observamos que, muitas vezes, o profissional que lida com jovens e crianças não têm conhecimentos suficientes para desconfiar da situação de agressão, demonstrando a lacuna no conhecimento de quem tem o dever social e profissional de interceder pelo bem da vítima nessas situações. O ensino e o apoio da disseminação desse aprendizado são de vital importância para a diminuição das taxas de crianças e adolescentes que sofrem abusos e maus-tratos, além de alterar prognósticos, muitas vezes sombrios, de desenvolvimento psicossocial dos agredidos, pois os mesmos poderão receber apoio para superarem, mesmo que com alguma dificuldade, as situações vivenciadas.

A busca incansável por uma melhora na qualidade de vida das crianças e adolescentes submetidos a maus-tratos e abuso sexual deve ser considerada como uma prioridade pelos profissionais da saúde, da educação, dentre muitos outros. Vivemos em uma sociedade em que leis que defendem essas vítimas não devem ficar apenas no papel, necessitam serem exercidas de modo que se respeitem os princípios básicos de cidadania e dignidade desses indivíduos que estão em fase de formação de suas personalidades e aprendendo a interagir socialmente. O preço pago pela criança ou pelo adolescente agredido, além dos custos altos para a própria sociedade, é incalculável. Não devemos negar a existência dessas situações deprimentes, mas reais, e sim lutar para mudar esses quadros de sofrimento que ferem milhares de indivíduos.

A importância da denúncia está no fato de que este é o passo inicial para desencadear a possibilidade de ajuda e o apoio ao infante-juvenil agredido, e sem esse ato dificilmente conseguiremos mudar a realidade dessas vítimas.

A integração multidisciplinar para a abordagem de situações de violência infanto-juvenil é indispensável, pois ao mesmo tempo em que a criança sofre agressões físicas, também são vítimas de maus-tratos psicológicos que alteram de modo profundo sua interação com o mundo e sua auto-estima. Devemos apoiar o indivíduo agredido durante todo o período de readaptação social, além de oferecer-lhe oportunidades de crescer e desenvolver-se como indivíduo saudável.

Referências

GOMES, R.; JUNQUEIRA, M. F. P. S.; SILVA, C. O.; JUNGER, W. L. A abordagem dos maus-tratos contra a criança e o adolescente em uma unidade pública de saúde, *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.7, n.2, p. 275-283, 2002.

ALVES, V.B.; BURIGO, L.; PINTO, M.K.; SILVA, H.H. Abuso sexual e maus-tratos em crianças e adolescentes: abordagem na Feira de Saúde, Pôster, *Semana Científica da UFCSPA*, 2010.

SILVA, L. M. P. Violência doméstica contra a criança e o Adolescente, Recife: EDUPE, 2002, 240p.

DAY, V. P.; TELLES, L. E. B.; ZORATTO, P. H.; AZAMBUJA, M. R. F.; MACHADO, D. A.; SILVEIRA, M. B.; DEBIAGGI, M.; REIS, M. G.; CARDOSO, R. G.; BLANK, P. Violência Doméstica e suas Diferentes Manifestações, *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, v. 25, s.1, p. 9-21, 2003.

SILVA, L. M. P.; SILVA, M. C. M. Guia de Assistência Integral à Saúde da Criança e do Adolescente em Situação de Violência: abordagem multidisciplinar, Recife: EDUPE, 2003, 122 p.

BACKES, D. L. Indicadores de Maus-Tratos em Crianças e Adolescentes para Uso na Prática de Enfermagem, UFRGS: Escola de Enfermagem, Porto Alegre, 1999, 24 p.

PIRES, A. L. D.; MIYAZAKI, M. C. O. S. Maus-tratos contra Crianças e Adolescentes: Revisão da Literatura para Profissionais da Saúde, *Arquivos de Ciência da Saúde*, São José do Rio Preto, v. 12, n.1, p. 42-9, 2005.

A ESPERA DA ADOÇÃO: O COMPARTILHAR DAS EXPERIÊNCIAS ATRAVÉS DO GRUPO DE APOIO A PAIS

Área Temática: Direitos Humanos e Justiça
Responsável pelo Trabalho: Luana de Oliveira
Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)

Autores: Aline Zerbinatti; Bruna Alves; Cintia Ribelato Longhini; Luana Tainá Mesquita Costa; Luana de Oliveira; Melissa Daiane Hans Sasson; Michelly Michels Thais Bronislowski; Ronny Kurashiki Oliveira.

RESUMO

Em seus 267 artigos dedicados à garantia da proteção e dos direitos, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), diz que toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em familiar substituta. Uma alteração da lei da adoção (2009) refere-se ao acréscimo de requisito mínimo a presença do adotante em grupos de preparação. Portanto, criou-se um grupo que ocorre na Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) - em parceria com o Fórum de Irati-PR - visando inserir a Psicologia no acompanhamento dos candidatos à adoção. Observou-se que houve mudança dos candidatos com relação à adoção tardia, troca de informações discutidas no grupo e provável melhoria das condições psicológicas no período de espera.

Palavras-chave: Adoção, Adotantes, Grupo de Apoio.

INTRODUÇÃO

A temática da adoção é ponto de partida para diversas discussões atuais a medida que vemos surgir um movimento contemporâneo que Costa e Rossetti-Ferreira (2007) denominam *cultura de adoção*, onde se pode notar uma mudança significativa na configuração do processo da adoção, pois o que há é uma busca por “*famílias para as crianças e não crianças para as famílias*” (p. 425).

A adoção é regulamentada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, baseada no artigo nº 277 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988. Tal lei visa à *proteção integral* da criança e do adolescente e regulamenta o poder familiar para pais não biológicos de maneira a atribuir ao adotando os mesmos direitos e deveres de um filho biológico (PAIVA, 2004; ECA, 1990, Art.41).

Com relação ao processo de habilitação à adoção há normas gerais que devem ser cumpridas, das quais: idade mínima de dezoito anos para os candidatos a habilitação, possuindo uma diferença mínima de dezesseis anos deste diante do adotado; consentimento

dos pais biológicos salvo em casos onde há desconhecimento do pai ou em caso de destituição do poder familiar, estágio de convivência entre adotante e adotando num período determinado pelo juiz de cada comarca, exceto em casos em que aquele possua menos de um ano de idade ou quando já há uma convivência anteriormente (BRASIL, 1990).

A lei de adoção, a qual determina as normas supracitadas, foi alterada em alguns aspectos no dia três de agosto de 2009. Com o estabelecimento dessa nova lei, novas regras passaram a ser exigidas, das quais: a reavaliação a cada seis meses da situação de toda criança e de todo adolescente que estiver inserido em uma instituição ou programa de acolhimento familiar, para que a autoridade judiciária competente decida pela reintegração familiar ou colocação em família substituta; a permanência da criança e do adolescente na instituição não deve passar de dois anos; a reintegração da criança ou adolescente em sua família biológica terá preferência diante de qualquer outra providência; a implementação do cadastro estadual e nacional para os candidatos habilitados à adoção; a inscrição dos postulantes à adoção precedida de uma preparação psicossocial e jurídica; dentre outras (BRASIL, 2009).

O critério de preparação dos candidatos a adoção faz-se imprescindível à medida que permite o pensar e repensar de expectativas, medos, motivações, dentre outros sentimentos que perpassam a mente destes, o que garante uma maior possibilidade de sucesso do acolhimento no seio familiar do adotado (WEBER, 1999).

Ao encontro da questão da preparação e do apoio aos candidatos à habilitação da adoção, pontuadas pela nova lei, e sua importância, como fica claramente visível na literatura, o projeto de extensão Grupo de Apoio de Pais na Fila de Espera a Adoção, foi estabelecido em parceria com o Fórum da Comarca de Irati com a participação voluntária de uma professora coordenadora e de alunas da graduação de Psicologia da Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO.

Esta ação extensionista busca por abrir espaço para diálogos e debates sobre diversas dúvidas e sentimentos que perpassam pelos adotantes, de forma a possibilitar o refletir e o ressignificar dessas questões. Objetiva-se ainda, pontuar e explicar as diferentes formas de constituição de vínculos familiares; dúvidas referentes ao processo de adoção em seus detalhes; bem como esclarecer mitos que se tem sobre adoção, de forma a possibilitar uma modificação de olhares por crianças que muitas vezes são esquecidas nas instituições. Esta questão visa a compreensão de que as adoções tardias, inter-raciais, de crianças com necessidades especiais, e de grupos de irmãos, podem ser realizadas com

êxito à medida que há um acompanhamento por de uma equipe multidisciplinar competente para com as futuras famílias substitutas.

O Grupo de Apoio a Adoção, portanto, além de ser obrigatório conforme a nova formulação do Código Civil – artigo 50, § 3 – possibilita uma melhor maneira de os adotantes lidar com a angústia da espera, bem como o repensar destes, para que inúmeras crianças e adolescentes tenham uma chance de crescer em um ambiente familiar propício para um desenvolvimento pleno.

MATERIAL E METODOLOGIA

O projeto extensionista “Grupo de Apoio a Pais na Fila de Espera da Adoção” é realizado na Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, sendo executado por acadêmicas, as quais estão matriculadas do 3º ao 5º ano de psicologia, sendo coordenadas por uma docente do curso. O trabalho tem parceria com o Fórum da Comarca de Irati, o qual, dentre suas atribuições, informam aos futuros adotantes a necessidade de sua participação no grupo, tornando possível a comunicação entre os pais da fila de espera e a equipe extensionista.

Os grupos são realizados no mini-auditório da universidade e são compostos por aproximadamente doze participantes que aguardam o momento da adoção. Para cada grupo é realizado um total de cinco encontros semanais com duração de duas horas cada. Em cada uma das reuniões diferentes temas são abordados.

No primeiro encontro por meio de um espaço de debate e reflexões, são trabalhadas questões referentes às motivações dos participantes para a adoção. No segundo encontro, há a participação de funcionários do Fórum, a fim de explicar mais especificamente sobre os aspectos jurídicos e burocráticos da adoção. No terceiro, é realizada uma dinâmica, bem como são expostos vídeos sobre mitos e crenças que perpassam a adoção, instigando a reflexão. Na quarta reunião, é proposto um debate sobre “criança/adolescente ideal” e “criança/adolescente real”, adoção inter-racial, de grupo de irmãos, de crianças mais velhas, possibilitando o repensar e o ponderar da situação. No último encontro, por fim, a equipe organizadora busca trazer candidatos que obtiveram o êxito na habilitação da adoção, ou ainda, de adotados, com o intuito de relatarem sobre as vivências que constituíram esta experiência. Através destes, procuramos criar espaços de discussões sobre as dúvidas e expectativas dos adotantes, incluindo questões referentes ao convívio familiar e aos medos relativos aos laços afetivos que serão estabelecidos, denotando a

preocupação dos pais com constituição de vínculos familiares. No que se refere às leis e procedimentos presentes no processo de adoção, buscamos proporcionar aos participantes informações que permitam uma maior compreensão do processo.

Neste sentido as discussões envolvem informações trocadas entre os participantes a respeito das vivências dos sujeitos através de práticas que possibilitem aos pais a ressignificação e elaboração da adoção. Propomos, para isto um modelo de grupos operativos, que pode ser definido como um conjunto de sujeitos que apresentem um objetivo em comum e que procuram abordá-lo em equipe enquanto operam (BLEGER, 2001), evidenciando o trabalho do grupo e o vínculo entre os membros como elementos essenciais ao desenvolvimento do mesmo.

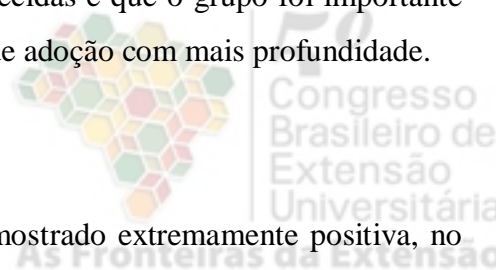
RESULTADOS E DISCUSSÕES

A experiência de realização do grupo tem se revelado extremamente positiva, no sentido de se buscar a efetividade e a qualidade do direito a convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes a serem adotados. A criação de discussões em relação ao tema da adoção possibilita a transformação de valores individuais e culturais entre os extensionistas e os participantes. Isto pode ser observado com as devolutivas dos mesmos, quando, no encontro final, eles descrevem os aspectos positivos e negativos da metodologia utilizada nos encontros e propostas para serem desenvolvidas nos grupos posteriores, além da análise que é feita dos relatórios elaborados a partir de cada encontro, pelas organizadoras do grupo.

Até o presente momento foram realizados três grupos, de cinco encontros cada um e, em cada um deles, apesar de todas as suas peculiaridades, pode-se elencar os principais fatores em comum dos participantes, como as dúvidas compartilhadas em relação ao processo propriamente dito da adoção; o questionamento da demora processual; a ansiedade de todos em resolver estas questões burocráticas e adotar o quanto antes e a percepção de que não são os únicos a passar pelo doloroso tempo de espera da fila para adotar. Percebemos que as dúvidas puderam ser esclarecidas e que o grupo foi importante para os pais conhecerem as leis que regem o processo de adoção com mais profundidade.

CONCLUSÕES

A experiência de realização do grupo tem se mostrado extremamente positiva, no sentido de se buscar a efetividade e a qualidade do direito a convivência familiar e



comunitária de crianças e adolescentes a serem adotados. A criação de momentos de discussão em relação ao tema da adoção possibilita a transformação de valores individuais e culturais entre os extensionistas e os participantes. Questões estas que podem ser observadas através das devolutivas dos mesmos, quando, no encontro final, eles descrevem os aspectos positivos e negativos da metodologia utilizada nos encontros bem como propostas para serem desenvolvidas nos grupos posteriores, além da análise feita pelas organizadoras do grupo, com a elaboração de relatórios.

Até o dado momento foram realizados três grupos, de cinco encontros cada um e, em cada um deles, apesar de todas as suas peculiaridades, pode-se elencar os principais fatores em comum dos participantes, como as dúvidas compartilhadas no que concerne ao processo propriamente dito da adoção; o questionamento da demora processual; a ansiedade de todos em resolver questões burocráticas e adotar o quanto antes, o esclarecimento de mitos acerca da adoção e a percepção de que não são os únicos a passar pelo doloroso tempo de espera da fila para adotar. Percebemos que as dúvidas puderam ser esclarecidas e que o grupo foi importante para os pais conhecerem as leis que regem o processo de adoção com mais profundidade.

Desse modo, acredita-se ter conseguido oferecer a estes adotantes um auxílio na espera pela adoção e um entendimento maior sobre os sentimentos vividos proporcionando um espaço de escuta, de diálogo e de preparo para a chegada de um filho, trabalhando assim, com as expectativas e a ansiedade que são geradas em torno da criança desejada e esperada.

REFERÊNCIAS

- BLEGER, J. Grupos operativos no ensino. In: BLEGER, J. **Temas de Psicologia: entrevistas e grupos**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 59-100.
- BRASIL. **Lei 12.010, de 03 de agosto de 2009**. Dispõe sobre adoção. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Estatuto da Criança e do Adolescente / Ministério da Saúde**. – 3. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 1990.
- Costa, N.R.A. & Rossetti-Ferreira, M.C. Tornar-se pai e mãe em um processo de adoção tardia. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2007. 425-434.
- PAIVA, Leila D. **Adoção: significados e possibilidade**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- WEBER, L. N. D. **Aspectos psicológicos da adoção**. Curitiba: Juruá, 1999.

A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO ESCOLA QUE PROTEGE NA PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO ESTADO DA PARAÍBA

Área temática: Direitos Humanos e Justiça

Responsável pelo Trabalho: Maria Senharinha Soares Ramalho

Instituição: Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Autores:

1. Iraci Pereira de Araujo Fereira;
2. Maria de Fátima de Sousa;
3. Maria Senharinha Soares Ramalho;
4. Petronila Mesquita Videres;
5. Rosa Maria Vilar de Queiroz;
6. Yaslinny Torres Rocha

RESUMO

O Projeto Escola que Protege constitui um elemento estruturante para qualificar profissionais de educação e membros da rede de proteção dos direitos da criança e adolescente, por meio de formação para uma atuação adequada, eficaz e responsável, no âmbito escolar, diante das situações de evidências ou suspeita de violências sofridas pelos educandos. A implementação do Projeto Escola que Protege é de grande relevância, considerando que a escola constitui espaço privilegiado para a sensibilização da comunidade no sentido de unir esforços na luta contra as múltiplas formas de violência que acometem crianças e adolescentes. O sistema de ensino, redes estadual e municipal, integra o projeto, participando no planejamento, nos cursos de qualificação com no mínimo 80 horas sobre o enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes, avaliação das atividades e na composição da comissão gestora. O Projeto prever a elaboração pelos cursistas de um Projeto de Intervenção Educacional construído individualmente ou em grupo a ser implementado na escola, como condição básica para a conclusão do curso. Na Paraíba, este projeto vem sendo desenvolvido pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários/Coordenação de Programas de Ação Comunitária da Universidade Federal da Paraíba, desde 2006, contribuindo para tornar a escola um espaço mediador entre o poder público e a comunidade na efetivação da garantia dos direitos de crianças e adolescentes, culminando na capacitação de mais de 1.600 profissionais de 13 municípios.

Palavras-chave: violência, criança e adolescente, escola

INTRODUÇÃO

Projeto Escola que Protege é uma estratégia da política pública de educação para o enfrentamento e prevenção das violências contra crianças e adolescentes, visando à formação continuada de profissionais da educação básica e a produção de materiais didáticos e paradidáticos voltados para a promoção e a defesa, no contexto escolar, dos direitos de crianças e adolescentes. Na Universidade Federal da Paraíba, o projeto é coordenado pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PRAC), desde 2006.

A realidade da nossa população infanto-juvenil aponta para a necessidade de intensificação e ampliação de ações efetivas, integradas e permanentes direcionadas a prevenção e ao combate a todas as formas de violências contra crianças e adolescentes. São milhares de crianças e adolescentes em condições de vulnerabilidades, precariedades e carências, expostas a situações de negligências, omissões e violações de direitos que ferem a dignidade humana, comprometem o desenvolvimento integral e suas vidas.

O estado da Paraíba se destaca em violações de direitos infanto-juvenis, de modo especial para a violência sexual e o trabalho precoce. Em relação ao trabalho precoce, estavam em situação de trabalho 69.269 crianças e adolescentes de 5 a 17 anos, sendo: 1.004 na faixa de 05 a 09 anos, 20.581 de 10 a 14 anos, e 47.684 de 15 a 17 anos, segundo dados da PNAD/IBGE 2009.

O Projeto Escola que Protege vem sendo desenvolvido em 13 municípios da Paraíba desde 2006, e já capacitou mais de 1.600 profissionais de educação e da rede de proteção da criança e do adolescente. A escolha dos municípios se baseia na priorização apresentada na Matriz Intersetorial de Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, bem como municípios paraibanos que vêm enfrentando denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes, inclusive sendo apontados na mídia nacional, portanto é nessa perspectiva que o Projeto Escola que Protege se desenvolve.

As ações do projeto constituem estratégias para a aproximação entre as escolas da rede pública e os órgãos que compõem a Rede de Proteção da Criança e do Adolescente, discussão sobre a problemática da violação de direitos infanto-juvenis, e sobre a importância da escola na construção de uma cultura de paz e cidadania e como espaço garantidor e promotor dos direitos da criança e do adolescente. Oportuniza também o

conhecimento e compartilhamento de experiências no enfrentamento a questão, os entraves para a dinamização e fortalecimento da rede protetiva.

O projeto insere ainda ações de publicação de modo a oferecer subsídios e fundamentos teóricos e práticos para a realização das ações, com ênfase em práticas afirmativas da cidadania de crianças e adolescentes, favorecendo a interação dos atores da academia e da rede protetiva com as comunidades, a realização de pesquisas, a participação em eventos científicos.

A desinformação sobre direitos e responsabilidades, bem como a cultura de violência historicamente enraizada na formação cultural do povo brasileiro, geram e sedimentam os preconceitos, a discriminação, a intolerância e a violência, tornando um dos desafios do projeto esse combate.

MATERIAL E METODOLOGIA

A metodologia utilizada no Projeto consta da realização de um Curso de capacitação “Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Crianças e Adolescentes”, de 80 horas, realizado na modalidade presencial nos municípios paraibanos de Baía da Traição, Bananeiras, Bayeux, Caaporã, Cabedelo, Conde, Guarabira, João Pessoa, Lucena, Patos, Pedras de Fogo, Rio Tinto e Sousa; Seminários Estadual sobre Educação e Trabalho Infantil e sobre Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, em articulação com órgãos parceiros; oficinas; levantamentos sobre a situação de violência nas escolas e das experiências dessas unidades no enfrentamento desse fenômeno; exibição de filme seguido de debate sobre a temática; levantamento da Rede Local de Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; publicação de livro voltado para a promoção dos direitos da criança e do adolescente. Cada participante do Projeto elabora um Plano de Intervenção Educacional a ser executado em cada unidade escolar voltado para enfrentamento da violência.

O curso objetiva a qualificação dos participantes para o enfrentamento às situações de exploração do trabalho infantil, violência doméstica, física, psicológica, negligência, abandono, abuso sexual e exploração sexual contra crianças e adolescentes, fenômeno *bullying*, violência homofóbica e a promoção da defesa de seus direitos, incluindo a realização de atividades, apoio e integração do grupo, visitas a órgãos da rede de proteção, pesquisa sobre a rede local de cada município.

O Projeto vem sendo acompanhado por uma Comissão Gestora Estadual e, em cada

município, uma Comissão Local que tem a atribuição de apoiar a implementação do projeto e atuar de forma articulada com os Sistemas de Ensino (Estadual e Municipal); implementar, em conjunto com os sistemas de ensino, o fluxo de comunicação e o acompanhamento dos casos de violência identificados na escola; integrar, mobilizar, articular e fortalecer a Rede de Proteção; acompanhar e avaliar as ações do Projeto; catalisar demandas, propondo encaminhamentos e soluções; analisar dados e informações relativos à implementação do projeto.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A experiência do Projeto Escola que Protege nos 13 municípios da Paraíba aponta a necessidade de continuar, consolidar, ampliar as suas ações e redefinir outras, para adequá-las às demandas identificadas: como ampliar o público das escolas de modo a envolver gestores e demais profissionais da educação e da Rede de Proteção Integral; acompanhar a execução dos Planos de Intervenção Educacional; promover a divulgação da Rede de Proteção Integral para as escolas e sociedade em geral; bem como fortalecer as ações das Comissões Gestoras Municipais e Estadual.

Evidenciamos como resultados: o conhecimento da situação nas escolas de casos de violências contra crianças e adolescentes e a ocorrência de notificações e denúncias de casos de violências; a identificação da rede local de proteção dos direitos da criança e do adolescente, e a integração dessa rede com a escola formal; o intercâmbio de experiências no enfrentamento de violências entre as escolas e entidades participantes do curso, ressaltando-se que os encontros presenciais promovem a aproximação dos participantes; o funcionamento da Comissão Gestora no desenvolvimento do curso e articulações com o sistema de ensino e a rede de proteção local; mapeamento da rede de proteção local; a distribuição de material informativo sobre a temática abordada no curso.

Como condição básica para a conclusão do curso e certificação, os cursistas elaboram e apresentam um Plano de Intervenção Educacional, contendo elementos focalizados no enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, envolvendo a comunidade escolar. Para tanto, se faz necessário a realização de um Diagnóstico sobre a situação de violência nas escolas.

CONCLUSÃO

Para viabilizar a implementação do Projeto Escola que Protege, foi mantida a articulação com a Comissão Gestora Estadual, que acompanhou as etapas de implantação do projeto nos municípios.

Integram a equipe do Projeto alunos extensionistas com a atribuição de colaborar no atendimento, acompanhamento e orientação dos cursistas; participar do processo de capacitação; repassar para as coordenações com informações para a elaboração do relatório; auxiliar nos serviços de secretaria.

A implementação do Projeto Escola que Protege na Paraíba conseguiu atingir os objetivos propostos, como: capacitação de mais de 1.600 cursistas de 13 municípios paraibanos; criação de Comissões Gestoras Estadual e Municipais; promoção de cursos e seminários sobre temáticas relacionadas à violência contra crianças e adolescentes; processo de sensibilização com a comunidade escolar sobre os prejuízos causados pelas diversas formas de violência no desenvolvimento biopsicossocial das crianças, adolescentes e à família; articulação entre a escola e a Rede de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal Nº 8.069/90.

_____. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: SEDH, 2007

FALEIROS, Vicente de Paula e FALEIROS, Eva Silveira. **Escola que Protege: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007.

FANTE, Cleo e PEDRA, José Augusto. **Bullying escolar: perguntas e respostas**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Matriz Intersetorial de Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes**. SEDH-PR / Violes/SER/UnB, www.caminhos.ufms.br

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. Educação em direitos humanos. In: TOSI, Giuseppe (Org.) **Direitos humanos – história, teoria e prática**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2005.

EDUCAÇÃO INTEGRAL PARCERIA ENTRE UNIVERSIDADE, GOVERNO E SOCIEDADE

Área temática: Educação

Responsável pelo trabalho: Valeska Cristina Barbosa

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais (PROEX)

**Nome dos Autores: Denise Bianca Maduro Silva¹, Marília Barcellos
Guimarães², Valeska Cristina Barbosa³.**

RESUMO

O Projeto Escola Integrada é uma experiência da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG em parceria com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, efetivando-se nas escolas, sua comunidade e seus espaços adjacentes. O objetivo deste artigo é disseminar a trajetória da gestão do projeto na UFMG, que iniciou-se em 2006 auxiliando a construção e a oferta de oficinas educativas e culturais no contra turno, que contribuíssem para a formação humana do sujeito. No desenvolvimento do projeto buscou-se novas metodologias de orientação e de articulação, resultando na integração com a pós-graduação, a prática de ensino da graduação/licenciatura, grupos de pesquisas, novos espaços formativos e novas propostas de oficinas. Com isso, o Projeto Escola Integrada permitiu a ampliação dos espaços para o desenvolvimento da extensão, de pesquisas e o aprimoramento do ensino, contribuindo para a atuação interdisciplinar na Universidade marcada pelo diálogo e pela de troca de saberes.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Integral, Escola Integrada e Extensão

INTRODUÇÃO

A Universidade Federal de Minas Gerais é pioneira na proposta de trabalho integrado à educação básica. Dentre outras iniciativas está a parceria com o Programa Escola Integrada da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. O objetivo do Programa é contribuir para a formação integral dos alunos de 6 a 14 /15 anos da rede municipal pública de ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar para 9 horas diárias, com oferta de oficinas diversificadas no contra-turno escolar. Assim são desenvolvidas junto aos

¹ Pedagoga, técnica da UFMG. Mestre em Educação.

² Psicóloga, técnica da UFMG. Mestre em Psicologia Social.

³ Economista técnica da UFMG. Mestranda em administração pela Fundação Mineira de Educação - FUMEC

alunos, práticas mais conscientes, consequentes e integradas à cidade e seus espaços culturais que possam efetivamente ampliar as possibilidades de formação humana.

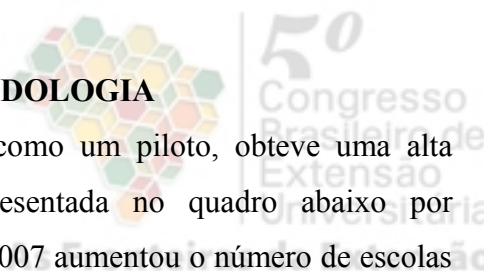
O Programa Escola Integrada desde sua concepção até sua implementação contou com o apoio da Pró-Reitoria de Extensão – PROEX - da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. A participação da Universidade se dá por meio do Projeto de Extensão intitulado Escola Integrada, que contempla, entre outros aspectos, a mobilização, seleção e orientação de seus alunos para atuarem como monitores de oficinas. O Projeto Escola Integrada - PEI nasce com um ideal de uma Universidade consciente de seu papel formador, comprometida com as questões sociais e pensando a educação como responsabilidade de toda a comunidade.

A Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte estabeleceu convênio com a UFMG, através da Pró-Reitoria de Extensão, para o desenvolvimento da Projeto Escola Integrada, viabilizando que seus alunos ministrem oficinas como bolsistas de extensão em escolas municipais. Estes são selecionados, orientados, acompanhados e avaliados por professores e técnicos da UFMG proponentes das oficinas. Os alunos são considerados “monitores”, assumindo integralmente as oficinas propostas, atendendo a uma média de 25 crianças por grupo, totalizando aproximadamente o atendimento à 100 crianças semanalmente. Para tanto os bolsistas devem cumprir uma carga horária de 20 horas semanais, organizadas da seguinte forma: 12 horas ministrando as oficinas; 4 horas na escola para articulações e discussões com o professor municipal responsável pelo Projeto, e/ou para preparação de materiais e espaços a serem utilizados nas oficinas; 4 horas com o orientador da UFMG para formação, planejamento, pesquisa, preparo de material, registro e avaliação. (GUIMARÃES, 2010)

A Secretaria Municipal de Educação é responsável pela organização do Programa na rede municipal de ensino e pela remuneração dos bolsistas, pagando uma bolsa, transporte, férias e seguro. Nas escolas, há um professor da rede – professor comunitário - responsável pela coordenação do projeto na instituição, organizando, acompanhando e avaliando o seu desenvolvimento.

MATERIAL E METODOLOGIA

O projeto, iniciado em novembro de 2006 como um piloto, obteve uma alta adesão por parte da comunidade acadêmica, representada no quadro abaixo por coordenadores e bolsistas de extensão da UFMG. Em 2007 aumentou o número de escolas integradas à Universidade no Projeto. Em 2008 houve um aumento em todos os segmentos.



Em 2009 o número de coordenadores de oficinas caiu drasticamente, uma das razões para essa queda era a sobrecarga de trabalho, com um grande número de orientandos para cada orientador. Essa insatisfação gerou uma alta rotatividade de coordenadores em 2010, por isso a alta no número de coordenadores. No segundo semestre, diante da reformulação, o número de coordenadores caiu para 17, mantendo-se estável para o ano de 2011. Vejamos a evolução do projeto.

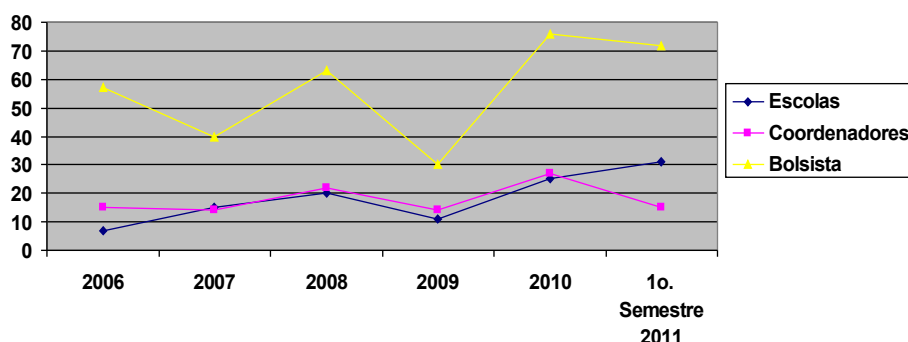
Dados sobre o Público atingido de 2006 a 2011

Ano	Escolas	Coordenadores	Bolsistas
2006*	7	15	57
2007	15	14	40
2008	20	22	63
2009	11	14	30
2010	25	27	76
2011**	30	15	69

* Novembro e dezembro.

** 1º. Semestre.

Fonte: Relatórios técnicos PROEX-UFMG.



Fonte: Relatórios técnicos PROEX-UFMG.

A queda no número de coordenadores é reflexo da reformulação da estrutura do Projeto o que permitiu sua continuidade com uma proposta de trabalho comum e conceitualmente demarcada, construída coletivamente e ativamente por seus coordenadores. O número de coordenadores diminuiu, entretanto, o número de bolsistas aumentou.

O Projeto tornou-se mais interdisciplinar dentro da Universidade, proporcionando a divisão de tarefas, atribuições e funções e a maior sustentabilidade do Projeto, garantido sua continuidade. Na Faculdade de Educação, articulou-se com a prática de ensino da graduação/licenciatura e os grupos de pesquisa TEIA – Territórios, Educação Integral e Cidadania e Observatório da Juventude. Em outras Unidades articularam-se novas metodologias de orientação, novos espaços formativos e novas propostas de oficinas.

Assim, o projeto passou a ser constituído com coordenações pedagógicas por área

de conhecimento, mas que se articulam através da Coordenação Geral Executiva na Pró-Reitoria de Extensão. As atuais áreas do Projeto podem assim ser referendadas: Comunicação (realiza cadastro de alunos, divulga resultados, sistematiza informações e cria material gráfico e audiovisual, propõe e orienta oficina de Comunicação); Coordenação Pedagógica (realiza visita às escolas atendidas e organiza encontros de formação coletiva em educação integral e de avaliação); Artes (propõe e orienta oficinas de Música, Artes Visuais, Intervenção Urbana e Teatro); Linguagens (propõe e orienta oficinas sobre Literatura, Contação de Histórias, Leitura, Produção de Textos, Quadrinhos e Jornal); Pedagogia (propõe e orienta oficinas sobre Acompanhamento Pedagógico); Educação Física e Dança (propõe e orienta oficinas sobre Esportes, Dança e Práticas Corporais de Movimento); Matemática (propõe e orienta oficinas sobre Jogos Matemáticos e Matemática Lúdica); e Ciências (propõe e orienta oficinas sobre Incursões Geográficas, Cotidiano em Foco, Escola e Meio Ambiente, O corpo humano descobrindo e experimentando o meio, A Estação Ecológica vai à Escola e Rádio Educativa). (PROEX/UFMG- Cardápio de Oficinas, 2010)

A reformulação do Projeto em 2010 também contemplou uma maior integração com a pesquisa e o ensino com a inserção de alunos da pós-graduação trabalhando junto com a coordenação das áreas. Atualmente são sete bolsistas de pós-graduação que trabalham com o professor da UFMG na seleção e orientação dos bolsistas ministrantes de oficinas e que realizam também pesquisa sobre práticas educativas e os sujeitos da Escola Integrada. Na nova estrutura da gestão do Projeto, o apoio à orientação representa a elaboração de instrumentos para registro e avaliação pelos bolsistas de oficinas e a sistematização dos conhecimentos construídos no processo de desenvolvimento do Projeto.

Para o monitoramento e avaliação dos resultados do projeto, na nova estrutura, são realizadas reuniões mensais com todos da equipe de coordenação de áreas e oficinas – docentes, técnicos, bolsistas de pós e de graduação da UFMG. Há nesses encontros uma retroalimentação do Projeto que é monitorado e avaliado, em termos de estrutura, desenvolvimento e formação dos partícipes. Assim, as reuniões se transformaram também em espaço de reflexão sobre a prática do Projeto, sua realidade, o público atingido, sua proposta de trabalho, seus resultados alcançados e suas metas. Essa avaliação contínua, permanente e coletiva é necessária pela própria realidade escolar que é dinâmica, exigindo sempre novas respostas às demandas apresentadas pelos seus sujeitos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados foram a maior sustentabilidade do projeto e o seu avanço em termos de maior atendimento às demandas de oficinas, de qualificação das oficinas e da formação do nosso aluno. A inserção do bolsista de pós-graduação permitiu um acompanhamento mais próximo aos bolsistas de oficina, uma maior reflexão do grupo sobre os desafios e as soluções encontradas na Escola Integrada e em sua articulação com a Universidade. Estas contribuições são elementos essenciais para a constante renovação e avanço do Projeto, para formação do aluno da UFMG, tanto da graduação quanto da pós-graduação, para produção de conhecimento e para o retorno à sociedade, especialmente à comunidade escolar envolvida.

CONCLUSÕES

Concluimos que o Projeto Escola Integrada permite a ampliação dos espaços para o desenvolvimento da extensão, de pesquisas e o aprimoramento do ensino, contribuindo para a atuação indissociável e interdisciplinar da Universidade, comprometida com as questões sociais e pela de troca de saberes.

REFERÊNCIAS

FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras; **Extensão Universitária: organização e sistematização**. Org. Edison José Corrêia. Coord. Nacional do FORPROEX. Belo Horizonte: COOPMED, 2007.

PROEX- Pró-Reitoria de Extensão / UFMG. **Síntese dos relatórios de avaliação dos bolsistas**. 2008, 2009, 2010.(mimeo)

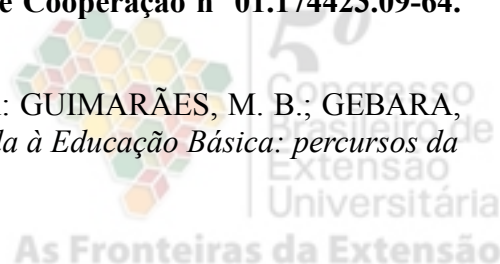
PROEX- Pró-Reitoria de Extensão / UFMG. **Relatórios técnicos**. 2006, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011. (mimeo)

PROEX Pró-Reitoria de Extensão / UFMG. **Cardápio de Oficinas**. 2010 (mimeo)

SIEX / UFMG – **Sistema de Informação da Extensão**. Disponível em: <https://sistemas.ufmg.br/siex/AuditarProjeto.do?id=8908>. Data: 27 de junho de 2011.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. **Termo de Cooperação nº 01.174423.09-64**. BH: SMED/PBH, 2009.

GUIMARÃES, M. B. **Programa Escola Integrada** In: GUIMARÃES, M. B.; GEBARA, T. A. A.; PRAZERES, L. (Org) *A Universidade Integrada à Educação Básica: percursos da extensão da UFMG*. BH: PROEX-UFMG, 2010.



INTERVENÇÕES PRECOSES NA INFÂNCIA: UM PROJETO JUNTO AO PROGRAMA DA CRIANÇA

Área temática: Saúde.

Responsável pelo trabalho: Rafaela Quintana Marchesan.

Instituição: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Nome dos Autores: Rafaela Quintana Marchesan¹; Edinara Zanatta¹; Caroline de Oliveira Mozzaquatro¹; Juliana Cantele²; Rodrigo Gabbi Polli²; Dorian Mônica Arpini³.

¹ Acadêmica do curso de Psicologia da UFSM.

² Psicóloga(o), Mestranda(o) do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSM.

³ Psicóloga, Prof.^a Dr.^a Associada do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSM.

RESUMO

Este projeto de extensão visa observar a relação entre crianças, de zero a cinco anos, e suas mães, ou quem cumpra a função materna, nos atendimentos realizados pelo Programa da Criança em uma unidade básica de atenção à saúde, com o intuito de detectar possíveis riscos ao desenvolvimento infantil de modo precoce. Utiliza-se a técnica de observação e, caso sejam identificados riscos ao desenvolvimento, são utilizados outros recursos técnicos, que podem incluir entrevistas e orientações aos familiares e encaminhamentos à rede de Santa Maria. Além disso, na faixa de zero a dezoito meses, a observação, assim como as entrevistas realizadas com as mães, tem por base o instrumento chamado Indicadores Clínicos de Risco ao Desenvolvimento Infantil (IRDI). Neste sentido, o projeto se justifica pelos seus fins de estudo e intervenção, além de estar aliado a uma preocupação atual em promover saúde, focando no período inicial do desenvolvimento por entender que este é a base para um crescimento saudável. Os resultados obtidos até o momento apontam para algumas dificuldades práticas, tais como não comparecimento de alguns usuários na data agendada, especialmente na primeira consulta; tempo de duração dos encontros insuficiente, tendo em vista os atrasos e os diferentes saberes que buscam contribuir no atendimento e, ainda, dificuldades na utilização do instrumento anteriormente citado. Entretanto, acredita-se que o objetivo maior de oferecer um espaço que possibilite o fortalecimento dos vínculos entre a díade mãe-criança e, assim, melhorias no bem estar de ambas está sendo alcançado.

Palavras-chave: indicadores de risco; relação mãe-bebê; promoção de saúde.

INTRODUÇÃO

Baseados no relatório da Organização Mundial de Saúde (OMS, 2001) e em outros estudos, Kupfer e cols. (2009) expõem que os transtornos mentais são comuns na infância e adolescência, porém o diagnóstico e o tratamento são insuficientes. Mesmo sendo problemas relevantes para o desenvolvimento das crianças, não recebem atenção adequada e suficiente das políticas públicas, o que acaba deixando um grande número de crianças sem assistência adequada. Com isto em vista, este projeto realiza o acompanhamento da relação entre crianças - de zero a cinco anos - e suas mães, ou quem desempenhe a função materna, nos atendimentos realizados pelo Programa da Criança em uma unidade básica de atenção à saúde, com o intuito de detectar, encaminhar e tratar possíveis riscos ao desenvolvimento infantil de modo precoce. A ação extensionista é realizada por alunos de graduação e pós-graduação do curso de Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em conjunto com profissionais e alunos da área de Enfermagem. O trabalho foca na prevenção primária juntamente com a promoção de saúde e a prevenção de doenças, visto que há a possibilidade de haver a detecção precoce de possíveis riscos, além do olhar sobre o bem estar das crianças, centrando-se, assim, na fase inicial do desenvolvimento por entender que constitui a base de um crescimento satisfatório.

Nesse sentido, desenvolvem-se ações com foco nas relações familiares, buscando encaminhar as situações em que se identifique algum risco ao desenvolvimento. O projeto também promove ações interdisciplinares envolvendo diferentes olhares sobre o desenvolvimento infantil e as relações familiares e observa se na relação entre mãe e criança estão presentes aspectos que indiquem riscos ao desenvolvimento infantil, valendo-se para tanto dos Indicadores Clínicos de Risco ao Desenvolvimento Infantil (IRDI) para as crianças de zero a dezoito meses. Assim, caso haja a ausência de algum IRDI, pode-se suspeitar que algo não está bem, buscando-se, assim, intervir precocemente sobre esse aspecto, a fim de orientar a mãe sobre sua maternagem.

De acordo com Winnicott (1983), toda criança tem um potencial herdado no sentido do crescimento e do desenvolvimento, o que faz com que as condições favoráveis ou desfavoráveis não determinem o potencial do lactente. Contudo este não é suficiente, e não garante um desenvolvimento saudável, já que o bebê só se torna um sujeito se estiver envolvido ao cuidado materno, visto que é totalmente dependente, e sem essa condição não pode começar a vir a ser. A criança começa a ser a partir de um cuidado satisfatório,

proporcionado por uma mãe que provém um ambiente suficientemente bom, capaz de auxiliar o bebê a alcançar as satisfações, ansiedades e conflitos inatos a cada etapa.

No dizer de Spitz (1998), há um vetor indo da mãe para o filho, mas também há um vetor indo do filho para a mãe, havendo uma troca afetiva recíproca. A presença da mãe, inclusive sua própria existência, suscita reações no bebê, e, igualmente, a presença e existência do bebê evocam reações na mãe. Essas reações acabam por serem aprendidas, reforçadas pela “recompensa e punição”. Dessa forma, ações realizadas pelo bebê que a mãe sente como agradáveis são encorajadas, e serão facilitadas por ela, que terá uma influencia direta no desenvolvimento do bebê através das suas preferências, e “seus afetos, seu prazer, suas próprias ações, conscientes ou inconscientes, facilitam inúmeras e várias ações do filho” (SPITZ, 1998, p. 125).

MATERIAL E METODOLOGIA

O projeto é realizado junto a uma unidade de atenção básica da cidade de Santa Maria, denominada Unidade Sanitária Kennedy, em um dos programas realizado neste, chamado Programa da Criança, ao longo do corrente ano (2011). Utiliza-se a técnica de observação, recurso técnico importante quando se busca conhecer e compreender o desenvolvimento inicial, sobretudo os aspectos que envolvem a dinâmica relacional.

Na faixa de zero a dezoito meses, a observação está sendo norteada pelo protocolo elaborado por Kupfer e cols. (2009) referente aos trinta e um indicadores clínicos de risco ao desenvolvimento infantil. Este período permite a identificação de riscos precoces ao desenvolvimento e, estando um ou mais ausentes, que se pensem formas de intervenção também precoces, na tentativa de se evitar que os riscos tornem-se problemas mais sérios.

A partir das observações, caso sejam identificados riscos para o desenvolvimento infantil, são utilizados outros recursos técnicos, quais sejam: a) entrevistas com familiares, com o intuito de se conhecer mais sobre a dinâmica e a realidade familiar; b) orientações aos familiares da criança, com o objetivo de promover relações cuidador-criança, comportamentos e hábitos mais saudáveis para o desenvolvimento infantil; e c) encaminhamentos, quando houver necessidade, para outros profissionais e serviços de saúde, tais como pediatra, neurologista, Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPSi), Ambulatório de Saúde Mental, entre outros. Além disto, se forem detectados casos graves, estes serão levados para reflexão interdisciplinar nos grupos quinzenais do projeto “Detecção e Estimulação Precoces: uma Perspectiva Interdisciplinar”, dos quais participam profissionais da área da Psicologia, Fonoaudiologia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os atendimentos junto ao Programa da Criança justificam-se pelos resultados que este vêm propiciando na prevenção, promoção e, conseqüentemente, na qualidade de vida dos usuários. Os resultados obtidos até o momento com o projeto configuram-se como satisfatórios, tendo em vista que já foram detectados possíveis dificuldades na relação entre mães e seus bebês que frequentam o programa, sendo realizadas algumas orientações e intervenções.

No que se refere à situação do atendimento, as crianças geralmente comparecem acompanhadas de suas mães, sendo pouco frequente a presença dos pais ou outro familiar no programa. As ações desenvolvidas pela equipe multidisciplinar incluem orientações sobre amamentação, cuidados com a higiene da criança, acompanhamento do desenvolvimento físico (peso e medidas) e, além disso, presta-se todo o amparo em relação às angústias, medos e dúvidas que surgem do papel de ser mãe. Nesse sentido, procura-se observar como está o vínculo da díade mãe-criança – ou cuidador – e como a mãe está desempenhando o seu papel nessa relação, a fim de se entender o ambiente e a dinâmica familiar onde esta criança está inserida com o intuito de se realizar orientações mais adequadas à realidade familiar.

Quanto à frequência dos atendimentos, estes são geralmente marcados mensalmente, exceto quando se verifica a necessidade de alguma criança de retornar antecipadamente. Cabe ressaltar, ainda, que houve o não comparecimento de alguns usuários na data marcada, notadamente daquelas crianças que estariam participando do programa pela primeira vez. Desse modo, evidenciou-se que a partir do momento em que o vínculo entre a equipe e o par mãe-criança é estabelecido, tornam-se mais escassas as faltas ao horário marcado, o que é reflexo da contribuição que este acompanhamento tem para o desenvolvimento saudável da criança e para minimizar os anseios da mãe. O tempo de duração dos encontros, no entanto, tem se demonstrado, por vezes, insuficiente, tendo em vista que o tempo destinado a cada criança (meia hora) é reduzido, às vezes, devido a atrasos e, ainda, levando-se em consideração as diferentes áreas que buscam dar sua contribuição.

Além disso, os extensionistas encontraram certas dificuldades na utilização do instrumento proposto por Kupfer e cols. (2009), para crianças de zero a dezoito meses. Isto se deve ao fato de que, por vezes, os indicadores que compõem o instrumento não são observados na situação do atendimento, mas, no entanto, aparecem na fala das mães,

podendo assim ser detectados. Além disso, o tempo reduzido dos encontros e o fato de alguns indicadores serem de difícil visualização naquele espaço, fazem com que muitos deles sejam classificados como “não observados”.

CONCLUSÃO

O presente projeto, o qual atua junto ao Programa da Criança, ampliou o olhar sobre o desenvolvimento infantil, por meio da ação interdisciplinar que integra Enfermagem e Psicologia. Tal intervenção está atingindo seus objetivos quanto a observar e intervir junto à relação mãe-criança num período inicial do desenvolvimento, constituindo-se, portanto, enquanto uma estratégia de detecção precoce de riscos ao desenvolvimento infantil, prevenção de doenças e promoção de saúde. Assim, como fim maior, tem se obtido a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar da população-alvo do projeto de extensão, a saber, a mãe (aqui entendida como a pessoa que exerce a função materna) e sua criança.

Desta forma, ressalta-se a importância de se realizar projetos que intervenham junto à infância com o intuito de prestar a atenção adequada às questões relacionadas ao desenvolvimento físico e emocional de crianças. Para tanto, salienta-se a necessidade de se intervir num momento precoce a fim de promover saúde e prevenir doenças junto à população-alvo. Com este intuito, destaca-se a importância de se acompanhar a relação mãe-criança (incluindo aqui demais integrantes da família que de alguma forma influenciam nessa relação), visto que os responsáveis pela criança operam enquanto provedores de um ambiente saudável que atenda as demandas da criança para o bom desenvolvimento global desta. Por fim, evidencia-se ainda o trabalho interdisciplinar posto que a saúde-doença é um fenômeno multideterminado, requisitando para tanto de um olhar que envolva vários saberes que, inter-relacionados, dêem conta da complexidade de elementos e fatores que influenciam no desenvolvimento infantil.

REFERÊNCIAS

- KUPFER, M. C. M. E COLS. Valor preditivo de indicadores clínicos de risco para o desenvolvimento infantil: um estudo a partir da teoria psicanalítica. **Lat. Am. Journal of Fund. Psychopath. Online**, v. 6, n. 1, p. 48-68, 2009.
- SPITZ, R. A. **O primeiro ano de vida**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- WINNICOTT, D. W. **O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

MOTIVAÇÃO COMO UM RECURSO DO AUTOCUIDADO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Área temática: Saúde

M. F. OLIVEIRA^{1*}; C. R. CUMIOTTO²; C. L. SCHREIBER^{3*}; B. VENTURI⁴; F. DAVET^{5*}; F. T. BUECHLER⁶; H. MICHELLI⁷

Universidade Regional de Blumenau (FURB)

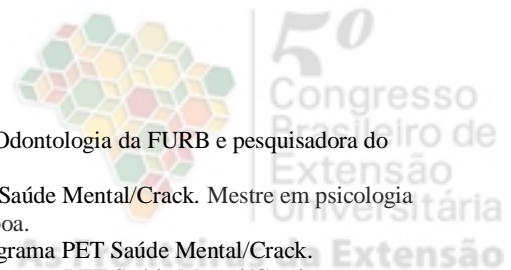
RESUMO

A adolescência é um período de construção da subjetividade e individualidade do jovem, uma fase de atos que visam representações e descobertas. O trabalho em torno do autocuidado tem como intuito representar quais são as demandas do corpo e da subjetividade, busca a proposta de uma melhor qualidade de vida, por exemplo, ao evitar hábitos nocivos como o uso de drogas muito comum na adolescência. É importante proporcionar um espaço de fala para os adolescentes que muitas vezes apresentam interrogações que surgem nesta passagem, de modo que o indivíduo possa perceber suas necessidades e conseguir que estas sejam sanadas. É fundamental ajudá-los nesta fase de transição destacando a família e a educação como primórdios para sua socialização. Este trabalho tem como objetivo avaliar a eficácia da estratégia motivacional, da escuta e intervenção psicanalítica para saúde psico orgânica e social no que se refere aos cuidados com a imagem corporal do jovem.

PALAVRAS CHAVE: Autocuidado, adolescência, drogas

1. Profa. Dra em Odontopediatria. Professora efetiva do curso de Odontologia da FURB e pesquisadora do programa PET Saúde Mental/Crack.
2. Profa. do curso de Psicologia FURB e tutora do programa PET Saúde Mental/Crack. Mestre em psicologia clínica-concentração em psicanálise-Tuiuti-PR.Membro da Appoa.
3. Acadêmica do curso de Odontologia da FURB e petiana do programa PET Saúde Mental/Crack.
4. Acadêmico do curso de Odontologia da FURB e petiano do programa PET Saúde Mental/Crack.
5. Acadêmica do curso de Psicologia da FURB e petiana do programa PET Saúde Mental/Crack.
6. Acadêmica do curso de Fisioterapia da FURB e petiana do programa PET Saúde Mental/Crack
7. Psicólogo do Centro de Atenção Psicossocial Infante Juvenil (CAPSi) do município de Blumenau e preceptor do programa PET Saúde Mental/Crack.

*Apresentadores principais



INTRODUÇÃO

Segundo JERUSALINSKY (2006), a criança é um ser em construção que depende primordialmente de um ou mais adultos que a constituem, num primeiro momento, com o olhar e a voz. A organização corporal se dá pela boca, pela pele, pelas organizações das coordenações motoras e fisiológicas, ou seja, o adulto com o seu desejo empresta um olhar para que a criança venha posteriormente construir um olhar sobre si mesma e a partir daí se diferenciar dos outros. Este processo é o que se chama de constituição pulsional, processo este que a função materna faz com o corpo de um bebê: o reveste de uma segunda pele.

Paralelo a essa constituição está ocorrendo o estadio do espelho, que é o acesso a uma imagem própria e ainda um processo de singularização sendo um jogo de alienação e separação do corpo materno. Uma vez que ocorrido esses três processos, a criança passa de objeto de desejo do outro para sujeito do seu desejo fazendo do brincar o seu maior trabalho psíquico para se humanizar. (LACAN 1953, FREUD, 1923).

Um dos deslocamentos mais fortes no declínio da sociedade tradicional para moderna foi a substituição do valor da transmissão geracional para o culto da ciência, onde o saber do especialista vale muito mais do que os pais podem dizer. É recorrente adultos que não querem mais serem adultos delegando às crianças a independência de viverem sozinhas ou delegando a algum representante da ciência que se ocupem delas. Nesse sentido a maior violência que se pode fazer com uma criança é que ele seja invisível, que ele não pertença a ninguém.

A entrada das figuras de autoridade silencia o discurso transgeracional e faz com que os pais se desesperem ao não conseguirem se autorizar frente a seus filhos. Diante de tantos saberes, os pais só podem se sentir em falta e em nome da educação prometida por estes discursos especializados, os pais não se arriscam a educar, na medida em que não se sentem no direito de errar (KAMMERS, 2005). A entrada deste terceiro social nos mostra por um lado o apagamento da diferença geracional – onde pais respondem no mesmo lugar que seus filhos – produzindo assim, relações mais horizontais que forcem cada um a ser mais inventivo (BAUMAN, 2001). Por outro lado também temos o desamparo e o abandono provocados por estas mudanças.

Conforme Barreto, (2004), o jovem se caracteriza por uma situação inacabada: nem completamente criança, nem completamente adulto. A maturação do corpo do adolescente, não necessariamente vem acompanhada da maturidade subjetiva. Calligaris (2009) discursa sobre a moratória, que é um tempo de suspensão e de muitas contradições para o adolescente. “Ele ainda não tem maturidade”; “Ele ainda não está pronto”; Na adolescência o sujeito não consegue se representar no lugar de criança – pois seu corpo mudou – nem no lugar de adulto – pois não é reconhecido pelo discurso –, ou seja, ele não tem lugar.

O que se vê na adolescência é a questão crucial de pertencer e ser reconhecido para alguém. Cotidianamente veem-se na mídia atos delinquentes, massacres, movimentos de gangues que exigem uma intervenção ampla vistas essas situações. A violência emerge quando a pessoa que fala não é reconhecida enquanto sujeito, sendo inviabilizado o processo de simbolização do que lhe ocorreu. Podemos dizer, então, que a justiça é um direito à palavra, uma palavra que, na medida em que é escutada, possa ser colocada no lugar daquilo que o adolescente buscava através do ato infracional (BRUSIUS, 2007).

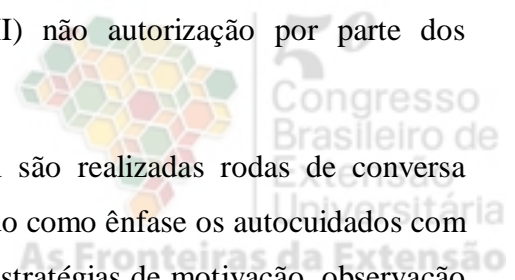
Além da violência que pode ser manifestada durante o processo e o desenvolvimento de uma criança que cresce sem o olhar dos pais, pode-se observar também uma alteração no andar e uma falta de cuidado com a saúde bucal.

O objetivo do projeto é avaliar a eficácia da estratégia motivacional, da escuta e intervenção psicanalítica para saúde psico orgânica e social no que se refere aos cuidados com a sua imagem corporal.

MATERIAL E MÉTODO

A amostra é composta por crianças e adolescentes participantes do Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (CAPSi) durante o período de março a julho de 2011. Compõem a amostra os usuários que participam da rotina de atividades do CAPSi, sendo os critérios de exclusão: (I) distúrbios mentais, (II) não autorização por parte dos responsáveis.

Nas visitas semanais dos usuários ao CAPSi são realizadas rodas de conversa dialogada sobre assuntos pertinentes à saúde geral tendo como ênfase os autocuidados com o corpo com objetivo de orientá-las e motivá-las. As estratégias de motivação, observação



corporal e testemunho das narrativas são feitas através de atividades de desenho, dinâmicas de grupo, filmes, passeios, confecção de cartazes, atividades físicas esportivas, orientação sobre escovação bucal, atendimento aos pais ou responsáveis de forma individual ou grupal, visitas domiciliares e quando necessário um trabalho de acompanhamento terapêutico (acompanhamento de rotina diária). Ao final da jornada de educação em saúde, levando em conta as diretrizes da política Humaniza SUS no que se refere à concepção de clínica ampliada, são avaliados os usuários que participaram da pesquisa no início da mesma.

Para avaliação são elaborados relatórios semanais das atividades realizadas, registro das narrativas, estudos de prontuários, observação do movimento corporal e avaliação da motivação com o cuidado bucal. Uma entrevista clínica que contempla as áreas da psicologia, fisioterapia e odontologia, é feita para registro das primeiras condições da saúde geral do usuário assim como sua evolução.

É avaliado o uso de droga pelas crianças ou adolescentes através de observações dirigidas ou acompanhamento no momento em que os mesmos apresentam a aparência de autoabandono correlacionando com o uso da droga ou não.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meio das experiências vivenciadas no Centro de Atenção Psicossocial Infância Juvenil (CAPSi), no município de Blumenau, podemos observar que o trabalho interdisciplinar possibilita um grande avanço no conhecimento e percepção primeiramente dos profissionais das diferentes áreas e depois do usuário do CAPSi que foi olhado de uma forma singular e ao mesmo tempo integral.

Quanto aos grupos realizados semanalmente, nota-se que há uma complexidade de diferentes casos presentes. O que traz o usuário ao CAPSi não é somente o uso de drogas, mas também conflitos familiares, dificuldades educacionais, sofrimento psíquico. Quanto a participação dos usuários nos dispositivos oferecidos pelo CAPSi e pelo PET pôde-se observar que a maioria das crianças e adolescentes não comparecem em nome de um desejo próprio mas sim por demanda dos familiares ou por um órgão público e/ou judicial.

Os usuários no momento da realização das oficinas, muitas vezes, parecem receptivos e animados, mas desinteressam-se facilmente. Ainda não se pode notar uma

mudança no comportamento dos usuários, mas vê-se a formação de um vínculo com os petianos e com o CAPSi imprescindível para o aprendizado interdisciplinar. A mudança de comportamento vem através de um longo processo de educação em saúde.

No que diz respeito à odontologia, percebe-se uma falta de motivação para o autocuidado da boca, assim como de toda a higiene pessoal. Em meio a tantas dificuldades a boca é negligenciada podendo trazer futuros transtornos à saúde.

CONCLUSÃO

Podemos concluir que o trabalho interdisciplinar em saúde mental não é um procedimento e sim um processo complexo e lento que exige persistência por parte dos profissionais, acadêmicos petianos e motivação dos usuários envolvidos.

REFERÊNCIAS

BARRETO, A.; **A transitoriedade do ser jovem ao ser adulto**: repensando políticas de atendimento. In: Adolescência: um problema de fronteiras/Comissão de Aperiódicos da Associação Psicanalítica de Porto Alegre (org). – Porto Alegre: APPOA, 2004.

BAUMAN Z.; **Modernidade líquida**, Rio de Janeiro: Zahar. 2001

BRUSIUS, A. **Reflexões sobre a justiça e o trabalho com adolescentes autores de atos infracionais**. 2004. In: Adolescência: um problema de fronteiras/Comissão de Aperiódicos da Associação Psicanalítica de Porto Alegre (org). Porto Alegre: APPOA.

CALLIGARIS, C.; **A adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2009.

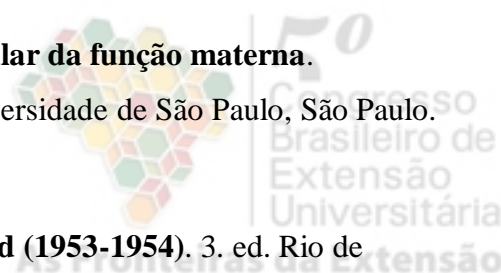
FREUD, S. (1923). In: Obras Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

JERUSALINSKY, A. **Seminários da USP**. São Paulo. 2006.

KAMERS, M. **Do universal da maternagem ao singular da função materna**.

Dissertação de mestrado, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2005

LACAN, J. **Seminário 1: os escritos técnicos de Freud (1953-1954)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.



O JOGO DE FAZ-DE-CONTA NAS AÇÕES MOTORAS DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Área temática: Educação

CARNEIRO, G. M. M.; MARTINS, I. C.; SILVA, L. A. R.

Grupo de Estudos da Infância (GEINFAN) – Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

RESUMO

Diversas mudanças ocorreram no modo de viver da sociedade, sendo um dos principais a participação da mulher no mercado de trabalho, o que tem propiciado o encaminhamento das crianças para instituições de Educação Infantil. Aliado a isto, a restrição de tempo e espaço para brincadeiras tem diminuído e, do mesmo modo, o acesso ao brincar coletivo. O brincar tem o papel principal na discussão do ensino na Educação Infantil, entretanto esta valorização ocorre de maneira mais enfática nos discursos do que no cotidiano da criança no espaço educacional. O jogo de faz-de-conta é a linguagem específica desta faixa-etária e teria que ser oferecido em todas nestas instituições, todavia isto nem sempre acontece. Sendo assim, este projeto tem como objetivo colaborar com a formação das crianças que são atendidas nas instituições de Educação Infantil de Dourados-MS, organizando um espaço para as vivências motoras associadas ao jogo de faz-de-conta. Busca capacitar os discentes de graduação e os profissionais das instituições envolvidas no processo educacional, em especial professores que trabalham com as crianças. O projeto é apoiado na abordagem histórico-cultural preconizada por Vigotski, tendo por metodologia uma ação que envolverá oito etapas, sendo a principal o desenvolvimento de vivências simbólicas com as crianças e seu registro em um diário de campo para posterior análise e replanejamento das ações. Espera-se que este trabalho contribua para a transformação pedagógica dos professores, pois na formação inicial da maioria dos cursos não se encontra disciplinas que ensinem a teoria dos jogos e das brincadeiras.

Palavras-chave: brincar; jogo de faz-de-conta; Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

Com o passar dos anos o modo de vida da sociedade mudou, principalmente para a população urbana, pois a mulher passou a ser inserida no mercado de trabalho e, assim, as crianças começaram a freqüentar, cada vez mais cedo, as creches e instituições de Educação Infantil.

Além disso, a violência presenciada, principalmente, nos grandes centros urbanos deixa a maioria dos pais preocupados com a segurança de seus filhos e esta é uma das razões que, nos dias atuais, não se permite que as crianças brinquem em ruas e parques, o

que tem ocasionado a diminuição gradativa da oportunidade da vivência lúdica na vida das crianças.

Associado a isto, na sociedade atual, se considera o brincar improdutivo e a grande preocupação é garantir um futuro de sucesso para os filhos das classes mais abastadas que os matriculam, desde cedo, em aulas de informática, inglês, arte, piano, etc., esquecendo-se que estes necessitam brincar. Já as crianças de grupos de menores condições econômicas são introduzidas precocemente no mercado de trabalho.

Por isso, atualmente, o tempo que os pequenos possuem para brincar, desenvolver sua ludicidade e conviver com outras crianças é reservada à momento de lazer, pela restrição de espaço e tempo para fazê-lo. (MARCELLINO, 1997)

Por conta de todas estas mudanças sociais pode-se afirmar que a possibilidade que as crianças têm para brincar, muitas vezes, fica reservada aos pequenos momentos de tempo livre que estas possuem, sendo que esta ação deveria, na verdade, fazer parte de boa parte da infância. (MARCELLINO, 1997)

Segundo Vigotski (2003), é na convivência com os adultos, imitando-os, ou convivendo com outras crianças que elas vivenciam diversos tipos de experiências, onde desenvolvem suas potencialidades. Ao imitar o pai, por exemplo, a criança tem a oportunidade de agir como ele e isto possibilita para ela o aumento de seu nível de desenvolvimento real, proporcionando uma maior aprendizagem.

Por isso a importância de incentivar o lúdico na Educação Infantil, pois é na nessa fase que o imaginário é claramente manifestado e por isso o jogo de faz-de-conta não pode estar de fora do processo educativo. (VYGOTSKY 2003)

O brincar é uma prática que se aprende através da mediação dos pais, professores ou de outros mais experientes. Na Educação Infantil o professor tem a função de ensinar as crianças a brincar e esta prática é constituída através de experiências sociais que estes trazem de sua infância, mas que devem ser adequadas ao contexto educacional.

MATERIAL E METODOLOGIA

Este projeto de extensão se apóia na teoria histórico-cultural, de Vigotski (2003), será desenvolvido no Centro de Educação Infantil Recanto Raízes, do Município de Dourados e tem como um de seus objetivos proporcionar para as crianças um momento de vivência do jogo de faz-de-conta e ajudá-las no desenvolvimento de suas ações motoras durante as brincadeiras.

Será realizada uma ação diagnóstica da Instituição participante verificando as condições para o desenvolvimento da proposta. A coordenação do projeto, junto com os bolsistas discutirá as propostas pedagógicas a serem desenvolvidas, com os professores. As atividades realizadas serão avaliadas através dos dados coletados e registrados em um diário de campo observando as manifestações das crianças frente às práticas pedagógicas.

Dois outros momentos serão realizados: um onde será realizada o esclarecimento da proposta e oficinas com os professores e palestras com os pais para o esclarecimento da necessidade do brincar na infância para o desenvolvimento das qualidades humanas das crianças.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O projeto está em andamento e algumas ações já foram realizadas, Inicialmente pesquisaram-se artigos e livros associados à teoria histórico cultural de Vigotski (2003) para que se compreendessem os princípios teóricos relativos ao jogo de faz-de-conta. Depois foi feito o contato com a direção do Centro de Educação Infantil para explicitação e ajuste da proposta e neste momento foi solicitado que realizássemos mais duas ações: oficinas com professores e palestra aos pais. Em seguida durante um mês, no período matutino, foi realizada a observação do cotidiano da instituição para as ações diagnóstica.

Após esta análise pudemos perceber que a maioria dos professores não trabalham com o jogo de faz-de-conta na Educação Infantil, por desconhecerem a importância que estes tem para o desenvolvimento das crianças e, ainda, observou-se não se ter este enfoque nos cursos de formação inicial de professores, não havendo uma matéria específica sobre jogos e brincadeiras e, deste modo, os profissionais não possuem base teórica para realizá-las e compreender seus resultados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A instituição que foi escolhida para o desenvolvimento do projeto é localizada na periferia da cidade de Dourados e atende crianças de classe média baixa, sendo que algumas apresentam carências de várias ordens sociais. Assim, um projeto que incentiva o jogo de faz-de-conta, proporcionará a alegria e o desenvolvimento das qualidades dos pequenos.

Pretende-se que ao final do projeto, publicar artigos sobre o assunto, e mostrar os resultados da prática, especificando quais as contribuições que este trouxe para o Centro de Educação Infantil Municipal (CEIM). Espera-se contribuir para a transformação das práticas pedagógicas dos professores, pois na formação inicial de grande parte dos cursos de pedagogia e educação física não se encontra disciplinas que abordem especificamente a teoria dos jogos e brincadeiras, e quais as suas contribuições para prática pedagógica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Pedagogia da Animação**. Campinas: Papyrus, 1997. 149p.

VIGOTSKI, Lev. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos superiores**. Org. Michael Cole et al. Trad. JOSÉ Cipolla Neto, Luis Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 6ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 191p.



SERVIÇO DE EXTENSÃO EM AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA - CARACTERIZAÇÃO DA DEMANDA COM DIFICULDADES ESCOLARES

Área Temática: Saúde

Ciomara Ribeiro Benincá¹; Carla Ventura Tarasconi²; Silvana Alba Scortegagna³;
Louise Fossatti⁴; Rafaela Battisti Pereira⁴ - Universidade de Passo Fundo (UPF/RS)

Resumo

O trabalho caracteriza aspectos relativos à demanda com dificuldades escolares atendida no Serviço Assistencial de Avaliação Psicológica do Curso de Psicologia da UPF/RS (SAAP). São levadas em conta variáveis como sexo, idade, série escolar, remetente e procedimentos técnicos mais efetivos na avaliação dos casos. O objetivo é subsidiar estratégias psicodiagnósticas frente a dificuldades escolares, favorecendo o desenvolvimento de intervenções profiláticas e terapêuticas em prol da saúde integral na infância e adolescência. Objetiva-se, também, estreitar a relação entre ensino, pesquisa e extensão como um processo acadêmico que articula o exercício da cidadania, a formação profissional e a geração de conhecimentos. Foram participantes da pesquisa os usuários do SAAP do ano de 2010, 34 meninos e 17 meninas, com idade entre 5 e 17 anos, freqüentando da pré-escola ao ensino médio, encaminhados pelos serviços públicos de ensino, saúde e assistência social. A análise dos dados demonstra que a maioria da demanda com dificuldades escolares é do sexo masculino (67%), cursando a 1ª (21%) e 2ª série (21%) do ensino fundamental, encaminhada preferencialmente pelas escolas (39%) e serviços de saúde (20%); os procedimentos mais utilizados são entrevistas diagnósticas (47%) e técnicas gráficas (34%). Conclui-se que as dificuldades escolares são precocemente detectadas nas séries iniciais e, tal como já descrito na literatura, os meninos parecem ser mais vulneráveis a problemas dessa natureza. Todavia, considerando-se que entrevistas e desenhos são os procedimentos mais comumente utilizados e esclarecedores, pode-se depreender que as implicações emocionais tendem a prevalecer sobre as demais interferências relacionadas às dificuldades escolares.

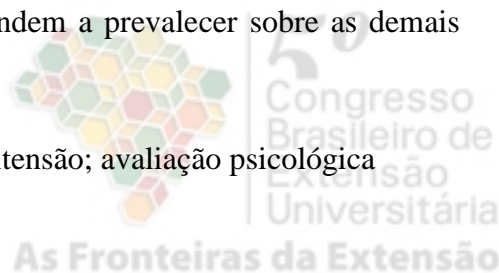
Palavras-Chave: dificuldades escolares; serviços de extensão; avaliação psicológica

¹ Doutora em Psicologia; pesquisadora responsável; coordenadora do SAAP

² Mestre em Psicologia; pesquisadora colaboradora; supervisora do SAAP

³ Doutora em Psicologia; coordenadora de extensão do IFCH/UPF; supervisora do SAAP

⁴ Acadêmicas do Curso de Psicologia/UPF; alunas pesquisadoras do PIVIC/UPF; estagiárias voluntárias do SAAP



Introdução

Crianças com problemas escolares de natureza cognitiva e/ou comportamental são uma realidade rotineira, mas especialmente preocupante no ensino público. Neste contexto, dentre os fatores associados às dificuldades na escolarização estão os políticos e institucionais, inerentes ao próprio sistema educacional, as características do próprio indivíduo e as influências sócio-ambientais e familiares. Nas instituições públicas, todavia, baixa renda dificulta ainda mais o acesso de pais e professores a informações que possam auxiliar as crianças a superar seus problemas em aprender e desenvolver-se adequadamente. Por outro lado, nem sempre os profissionais liberais, como os psicólogos, têm acesso a esses casos, restringindo a sua prática a uma população privilegiada específica, que nem de longe representa a grande massa das crianças brasileiras que enfrentam dificuldades escolares.

A quantidade de crianças com dificuldades escolares encaminhadas para avaliação psicológica cresce a cada dia. Esta é a realidade descrita em muitos estudos sobre o assunto que têm colocado o mau desempenho na escola como uma das principais queixas entre a clientela infantil que procura os serviços de saúde mental (FERRIOLI et al, 2007; SANTOS, 2006).

Esta realidade se confirma também no Serviço Assistencial de Avaliação Psicológica – SAAP. O SAAP consiste em um serviço de extensão do Curso de Psicologia da UPF que realiza intervenção assistencial junto às crianças/adolescentes em idade escolar e suas famílias, nos moldes propostos na Política Nacional de Assistência Social – PNS, priorizando a proteção social básica conforme a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB-SUAS, Resolução 220. A Proteção Social Básica – PSB - tem caráter preventivo e processador de inclusão social, objetivando “prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (<http://www.mds.gov.br/programas>).

Operacionalmente, o SAAP realiza avaliação psicoeducacional e clínica de crianças/adolescentes oriundos de famílias com renda hipossuficiente encaminhados por instituições públicas de ensino, saúde e assistência social da cidade e região (escolas, prefeituras, hospitais, creches, centros de convivência, ambulatórios, conselho tutelar, etc.) e cadastrados para investigação diagnóstica, sendo grande parte dificuldades escolares tanto de ordem emocional, quanto cognitiva e comportamental. Este propósito efetiva-se

por uma equipe envolvida diretamente no aperfeiçoamento teórico-prático da avaliação e diagnóstico psicológico composta por professores/pesquisadores (3), estagiários voluntários (6 por semestre), alunos pesquisadores do programa PIVIC/UPF (2) e monitores da disciplina de Avaliação Psicológica III do Curso de Psicologia/UPF (2).

Neste sentido, o presente trabalho caracteriza aspectos relativos à demanda com dificuldades escolares atendida no SAAP com o objetivo de subsidiar estratégias psicodiagnósticas frente a dificuldades escolares, favorecendo o desenvolvimento de intervenções profiláticas e terapêuticas em prol da saúde integral na infância e adolescência. Objetiva, também, estreitar a relação entre ensino, pesquisa e extensão como um processo acadêmico que articula o exercício da cidadania, a formação profissional e a geração de conhecimentos.

Metodologia

Dentre todos os atendidos no SAAP, neste trabalho priorizam-se apenas aspectos relativos a demanda com dificuldades escolares a partir da análise documental das avaliações psicológicas dos usuários do ano de 2010 com queixas dessa natureza. Ao todo são 34 meninos e 17 meninas, com idade entre 5 e 17 anos, freqüentando da pré-escola ao ensino médio, encaminhados pelos serviços públicos de ensino, saúde e assistência social de Passo Fundo e região. São levadas em conta variáveis como sexo, idade, série escolar, remetente e procedimentos técnicos mais efetivos na avaliação psicológica dos casos.

Resultados e Discussões

As dificuldades escolares, na sua grande maioria, estão associadas a diversos fatores sendo difícil estimar o grau de importância de cada um deles na resolução do problema. São aspectos de ordem cognitiva, genética, neurológica, psicomotora, aliados a complicadores sociais, familiares e emocionais. Para Bartholomeu *et al.* (2003), a dificuldade escolar não é um campo ou comportamento específico, mas sim a uma heterogeneidade de sintomas que afetam a vida da criança e do adolescente, causando instabilidade emocional, desinteresse e incapacidade de relacionar-se com o meio escolar.

Neste trabalho, a demanda com dificuldades escolares é maior do sexo masculino (67%) do que feminino (33%). A predominância dos meninos sobre as meninas na clientela que procura os serviços de saúde mental já é documentada em estudos anteriores

que apontam o mau desempenho acadêmico como a queixa de maior incidência, seguido de comportamento agressivo e desobediência em casa e na escola. Sobre essa questão, alerta Santos (2006), os pesquisadores precisam reunir esforços entre os setores de saúde e educação, buscando uma compreensão melhor dos determinantes destes problemas e estabelecendo estratégias de ação para reverter o quadro.

Nesta clientela também é relevante o número de indivíduos que estão cursando a 1ª série (21%) e 2ª série (21%) do Ensino Fundamental em relação aos demais estágios escolares (7% da pré-escola; 10% da 3ª série; 12% da 4ª série; 12% da 5ª série e 17% da 6ª série em diante até o Ensino Médio). Os casos foram encaminhados preferencialmente pelos serviços públicos de saúde (50%) de ensino (39%) e pelo Conselho Tutelar (11%)

Os resultados refletem a realidade do sistema escolar brasileiro. De acordo com os dados da UNESCO, a retenção escolar no Brasil está entre as maiores da América Latina, sendo o percentual de repetência na primeira série do Ensino Fundamental de aproximadamente 54%, o que contribui para o atraso e, como consequência, para a evasão escolar (LINHARES et al apud ZAVASCHI et al. 2002).

Por fim, o levantamento dos procedimentos mais utilizados aponta as entrevistas diagnósticas como as mais utilizadas (18% de anamnese; 17% de entrevista inicial com pais e crianças/adolescentes; e 12% de hora de jogo diagnóstica), seguidas das técnicas gráficas (14% de HTP; 8% de Bender-Sisto; 6% de Desenho Livre; e 6% de DFH-Wechsler), das projetivas temáticas (8% de Fábulas e 3% de TAT) e psicométricas (8% de WISC III). Todavia, considerando-se que entrevistas e desenhos parecem ser os procedimentos mais comumente utilizados e esclarecedores nos casos avaliados, pode-se depreender que no presente trabalho as implicações emocionais tendem a prevalecer sobre as demais interferências relacionadas às dificuldades escolares. Vale salientar, embora não demonstrado numericamente, que na demanda do SAAP apenas uma inexpressiva parcela dos casos encaminhados por dificuldades escolares teve confirmado algum problema de ordem cognitiva, sendo esses quadros mais comumente relacionados a comprometimentos ao nível psicológico, familiar e social como causa real do baixo rendimento e das reprovações.

Conclusão



Como se pode observar, os resultados alcançados ampliam consideravelmente as possibilidades de avaliação psicológica diante das dificuldades escolares, favorecendo o desenvolvimento de estratégias profiláticas e terapêuticas em prol da saúde integral na infância e adolescência. Por outro lado, é inegável que no Brasil a saúde mental das crianças e jovens tem sido negligenciada tanto pelas políticas públicas quanto pelos estudiosos da área. Segundo relatório da Organização Mundial de Saúde, 90% não têm políticas de saúde mental que incluam crianças e adolescentes e 30% deles nem dispõem de qualquer política de saúde mental. Por aqui, as ações ainda são muito incipientes, pois não se pode afirmar que as políticas públicas de saúde realmente preconizem ações de Psicologia na atenção básica e na saúde mental das crianças e adolescentes, exceto para transtornos mentais graves, através da implantação dos Centros de Atenção Psicossocial para a Infância e Adolescência (CAPSi) (Ministério da Saúde apud SANTOS, 2006).

Por fim, vale salientar que esse serviço de extensão cumpre o objetivo de promover a adequada articulação entre ensino, pesquisa e extensão em uma atividade socioeducativa de grande relevância para a comunidade. Nesse contexto, vem complementar a adequada formação dos alunos e o constante aperfeiçoamento dos professores na medida em desenvolvem pesquisas que, além de propiciar a qualificação teórico-prática, acolhem a população carente na sua demanda por avaliações clínicas e psicoeducacionais de crianças e adolescentes em diversos contextos.

Referências Bibliográficas

BARTHOLOMEU, D; SISTO, F.F; RUEDA, F.J.M. Dificuldades de aprendizagem na escrita e características emocionais de crianças. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v.11, n.1, p. 139-146, jan./abr. 2006.

FERRIOLLI, S.H.T.; MARTURANO, E.M; PUNTEL, L.P. Contexto familiar e problemas de saúde mental infantil no Programa Saúde da Família. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 251-259, 2007.

SANTOS, P.L. Problemas de Saúde Mental de Crianças e Adolescentes Atendidos em Um Serviço Público de Psicologia Infantil. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 11, n. 2, p. 315-321, mai./ago. 2006.

ZAVASCHI, M.L.S; SATLER, F; POESTER, D; VARGAS, C.F; PIAZENSKI, R; ROHDE, L.A.P; EIZIRIK, C.L. Associação entre trauma por perda na infância e depressão na vida adulta. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, São Paulo, v.24, n.4, p.189-195, out. 2002.

SEXUALIDADE: É POR MEIO DELA QUE A VIDA CONTINUA – UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Responsável pelo trabalho: Andresa Raisa de Carvalho Silva.

Instituição: Universidade do Estado da Bahia – Campus XII (UNEB)

Autores: Andresa Raisa de Carvalho Silva¹

RESUMO:

A enfermagem é a arte do cuidar e deve estender-se a uma visão holística do ser humano. Por isso, o Profissional de Enfermagem deve saber lidar com maturidade e naturalidade diante de diversos fatos advindos da sexualidade de seus pacientes. Além disso, não basta somente saber lidar com as características sexuais alheias, como também com as suas próprias, afinal não existe ser destituído de sexualidade ou tampouco insensível a mesma. Este é o relato de experiência do projeto intitulado: “Sexualidade: é por meio dela que a vida continua”, realizado numa Semana de Convivência em Saúde e direcionado a adolescentes, alunos do Curso Técnico em Enfermagem do CETEP: Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo. As ações dividiram-se em três fases, a saber: revisão bibliográfica e embasamento teórico; execução das oficinas e avaliação dos conhecimentos e da oficina. Tendo em vista as ponderações e participações dos estudantes acerca dos temas abordados, o aprendizado e as expressões sobre suas próprias vidas sexuais e afetivas e o observado crescimento pessoal, acadêmico e reflexivo da monitora, é possível dizer que a experiência foi extremamente enriquecedora, estabelecendo uma relação de cumplicidade entre intermediadora-público e, portanto, favorecendo a troca de experiências, conhecimentos e amizades. Constata-se a relevância do projeto, uma vez que este cooperou para que os participantes assumissem preparação para o exercício de sua sexualidade de forma segura e preventiva, além de que refletissem acerca da necessidade de preparação para lidarem com a sexualidade no contexto da saúde.

INTRODUÇÃO:

O desenvolvimento e a maturidade do adolescente sofrem muitas influências. Em se tratando da sexualidade, não é diferente e, mesmo que o adolescente possua o despertar para o agir sexual e seja, naturalmente um ser sexualizado, geralmente, ele não apresenta a completa maturidade e a responsabilidade para vive-la e assumi-la com segurança. E

1

¹ Graduanda do curso Bacharelado em Enfermagem pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB Campus XII. Voluntária do Projeto: Oficinas de Orientação Sexual. Correspondência: E-mail: desa_ddd@hotmail.com

quando esse adolescente, que mal sabe lidar com a sua sexualidade, percebe que precisará também saber lidar com a sexualidade do outro no contexto da saúde?

Seixas, 1999; 123 afirma que:

o indivíduo, nessa fase, está construindo uma identidade própria; e nessa busca, é importante ressaltar que ele pode experimentar uma enorme multiplicidade de identificações, as quais podem ser bastante contraditórias entre si. Essa instabilidade é esperada e até mesmo desejada, porém cabe a seu meio ambiente, em especial a seus pais, estabelecer limites e orientar esse processo investigativo, para que ele seja feito com segurança, sem prejuízos permanentes para a sua saúde, como por exemplo, uma gravidez indesejada, (...).

A sexualidade se desenvolve durante toda a vida humana e a maneira como se dá este desenvolvimento pode variar conforme a cultura, a época e as pessoas. Entretanto, é válido salientar que a adolescência é um momento decisivo e mais visível do desenvolvimento sexual humano, pois é nela que a sexualidade se genitaliza, ocorrendo intensas transformações biopsicossociais que dão ao adolescente a possibilidade de repensar identificações e aquisições anteriores, reestruturando assim a própria identidade. Sabe-se que a sexualidade é dinâmica e assume novas formas a cada etapa do desenvolvimento humano, estando presente em todos os momentos de nossa existência permeando as relações com outros e consigo mesmo. (MINAS GERAIS, 2006)

A noção de sexualidade como busca de prazer, descoberta das sensações proporcionadas pelo contato ou toque, atração por outras pessoas (de sexo oposto e/ou mesmo sexo) com intuito de obter prazer pela satisfação dos desejos do corpo, entre outras características, é diretamente ligada e dependente de fatores genéticos e principalmente culturais, sendo que o contexto influi diretamente na sexualidade de cada um. Levando-se em conta que a enfermagem é a arte do cuidar e que este cuidar deve estender-se a uma visão holística do ser humano, o Profissional de Enfermagem deve saber lidar com maturidade e naturalidade diante de diversos fatos advindos da sexualidade de seus pacientes. Além disso, não basta somente saber lidar com as características sexuais alheias, como também com as suas próprias, afinal não existe ser destituído de sexualidade ou tampouco insensível a mesma.

A educação e orientação sexual a adolescentes e, principalmente: adolescentes futuros profissionais de saúde, deve ser capaz de fornecer uma visão positiva de sua sexualidade, desenvolver uma comunicação clara nas relações interpessoais, prover a compreensão do próprio comportamento e o do outro e a escolha do momento adequado para o início da vida sexual, segura, saudável e prazerosa. Para tanto, é necessário



compreender e valorizar a maneira de amar do adolescente, de ouvir e de colocar em prática essas orientações, as quais devem ser feitas de forma clara através do diálogo, evitando conselhos, censuras e imposições, pois a sexualidade é importante pra a saúde reprodutiva mas, principalmente para a saúde física e emocional do ser humano.

Portanto, levar o adolescente, estudante do curso técnico em Enfermagem a pensar e a rever os próprios conceitos e valores, fazendo-o ser capaz de decidir e refletir sobre “porque sim” ou “porque não” é fundamental para a construção de seu projeto de vida e sua atuação enquanto profissional. Dessa maneira justifica-se o projeto em questão, o qual objetivou a realização de oficinas sobre os mais variados temas que abarcam às características sexuais humanas, bem como assuntos polêmicos que andam justapostas à esta. Sob tal fim, pretendeu-se elevar não apenas o conhecimento técnico dos alunos sobre as mudanças físicas e emotivas que ocorrem em seu corpo e nos outros, como também aflorar pensamentos críticos que os levem a refletir sobre a realidade enfrentada tanto nas Unidades Básicas de Saúde, quanto em suas casas e comunidades, sobre os problemas, discriminações e outros aspectos que envolvem o comportamento sexual do ser humano.

METODOLOGIA:

O projeto: Sexualidade: é por meio dela que a vida continua foi desenvolvido no CETEP: Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo situado no município de Caetitê-Bahia a aproximadamente 700 km da capital. Este, se desenrolou em caráter de oficina direcionada ao alunos do curso técnico em Enfermagem, na modalidade Integrada e se desenvolveu em três etapas distintas, sendo que a primeira etapa se baseou na preparação da monitora da oficina. Para tanto, foram realizadas leituras aprofundadas de todos os conteúdos que seriam abordados, bem como foram estudadas maneiras para tornar os encontros agradáveis, pouco cansativos, proveitosos e participativos.

A segunda etapa se deu no desenvolvimento da prática, através das oficinas, sendo realizadas em quatro noites da Semana de Convivência em Saúde realizada pela instituição, com duração aproximada de 4 horas por noite. As oficinas foram dinâmicas e mesclaram conteúdos, discussão, avaliação, jogos, produção de atividades e avaliação contínua do aprendizado. No primeiro dia, foi discutido o tema: Puberdade e Mudanças e os subtemas: imagem corporal; mudanças físicas, psíquicas e sociais na adolescência; aparelho reprodutor feminino e masculino; higiene íntima; menstruação, relação profissional x paciente e identidade sexual. Para tanto foram utilizados dinâmicas, slides ilustrativos, além de vídeos e peças anatômicas dos sistemas reprodutores humano para facilitar o entendimento e a compreensão.



No segundo dia, trabalhou-se com Fecundação, Gestação e Parto, explicitando todo período gestacional; período embrionário e fetal; necessidade e como se realiza o pré-natal; tipos de parto; gravidez na adolescência, com os desafios, responsabilidades, repercussões e riscos; aborto: tipos e estatísticas. Para este dia, utilizou-se slides, vídeos, gráficos ilustrativos e depoimentos de mulheres que realizaram aborto, apoiando e discordando, o que gerou uma discussão muito crítica e significativa.

Métodos contraceptivos, Doenças Sexualmente Transmissíveis e Violência Sexual foram os temas trabalhados na terceira oficina. Para trabalhar o primeiro tema utilizou-se de slides, vídeos e os próprios métodos existentes, explicando função, atuação e uso de cada um deles. O mostruário e álbum seriado de doenças sexualmente transmissíveis auxiliou o desenvolvimento do segundo tema, além de um jogo de fatos e boatos acerca da AIDS. E o terceiro tema da noite foi trabalhado com slides de mitos e realidades acerca da violência sexual afim de proporcionar discussões e desmitificações referentes ao tema, além de discussões acerca do papel do profissional de saúde nesse contexto.

No último dia, foi realizado um jogo de perguntas e respostas com o grupo dividido em três equipes diferentes. As perguntas eram diversas relacionadas com todos os temas trabalhados nos dias anteriores. A equipe vencedora ganhou uma cesta de bombons. Posteriormente, eles foram divididos em grupos e responsabilizados de montarem cartazes informativos e criativos, os quais posteriormente foram fixados na instituição em questão para divulgação e compartilhamento dos saberes adquiridos. Para finalizar a oficina, eles foram submetidos a uma avaliação das oficinas e mostrou-se um vídeo de incentivo à divulgação do conhecimento, sendo este momento a terceira etapa do projeto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A orientação sexual é um trabalho extremamente importante, principalmente percebendo-se a necessidade que os adolescentes têm de educação sexual, especialmente quando estes adolescentes estão se preparando para atuarem na saúde. Neste projeto observou-se que os participantes, o tempo inteiro, se mostraram à vontade para se expressar. O sucesso alcançado junto ao público alvo tem um grande valor, não apenas do ponto de vista profissional, como também afetivo, visto que a interação entre a equipe e os estudantes pode ser vista como bastante satisfatória.

Desde o início das oficinas, os futuros técnicos de enfermagem se mostraram receptivos, participando de todas as atividades, não só ouviram as explicações, mas interagiram fazendo perguntas e respondendo aos questionamentos, com espontaneidade e liberdade, afinal de contas, para eles é um assunto que chama a atenção e, que apesar dos



muitos tabus, lhes proporciona prazer ao discutir. Eles se mostraram extremamente preocupados em como atuar nesse contexto da sexualidade no exercício de sua profissão.

As oficinas realizadas durante o projeto, além de ampliar o conhecimento dos participantes, possibilitaram que eles identificassem que a sexualidade não se limita apenas ao ato sexual, mas abrange diversos fatores. Percebeu-se que eles apresentam conhecimentos prévios sobre o assunto, mas que muitos destes conhecimentos são distorcidos e marcados por tabus e repressões. Ainda assim, tendo em vista as ponderações e participações dos estudantes acerca dos temas abordados, o aprendizado e as expressões sobre suas próprias vidas sexuais e afetivas e o observado crescimento pessoal, acadêmico e reflexivo da monitora, é possível dizer que a experiência foi extremamente enriquecedora, estabelecendo uma relação de cumplicidade entre intermediadora-público e, portanto, favorecendo a troca de experiências, conhecimentos e amizades.

CONCLUSÃO

No bojo das discussões acerca da sexualidade e do projeto em questão, é possível constatar a relevância do mesmo, uma vez que este cooperou para que os participantes assumissem preparação para o exercício de sua sexualidade de forma segura e preventiva, diminuindo assim, os riscos à saúde, e proporcionando o bem-estar físico, psicológico e social, além de refletirem acerca da necessidade de preparação para lidarem com a sexualidade no contexto da saúde.

No entanto, para otimização do trabalho sobre a sexualidade humana é fundamental o conhecimento e inserção prévios nas realidades e contextos vivenciados pelo público a ser trabalhado, bem como a capacidade de flexibilidade do profissional e o conhecimento diversificado. Trabalhar com futuros profissionais de saúde assim como a monitora, é instigante e rejuvenescedor, mas cansativo, pois exige atenção constante. Se o profissional tiver uma mente aberta para o novo, vai estar sempre aprendendo com eles e, concomitantemente obtendo resultados surpreendentes e facilmente palpáveis não somente ao término, mas em toda a travessia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde. Atenção à saúde do adolescente: Belo Horizonte: SAS/MG, 2006. 152 p. 1ª Edição
2. SEIXAS, Ana Helena. Abuso sexual na adolescência. In: SCHOR, Nélia; MOTA, Maria do Socorro F. Tabosa; CASTELO BRANCO, Viviane. (Org.). **Cadernos juventude, saúde e desenvolvimento**. Brasília, DF: ministério da Saúde, Secretaria de Políticas da Saúde, 1999. p. 117-135.



VIVÊNCIAS EM OFICINAS DE ORIENTAÇÃO SEXUAL – RELATO DE EXPERIÊNCIA

Área Temática: Saúde

Responsável pelo trabalho: Andresa Raisa de Carvalho Silva

Instituição: Universidade do estado da Bahia – Campus XII (UNEB)

Autores: Andresa Raisa de Carvalho Silva¹; Thamirys Freitas Nolasco¹; Lorena D’Oliveira Gusmão²

Resumo:

Este artigo descreve a experiência vivenciada pelas acadêmicas referente ao projeto de Extensão: “Oficina de Orientação Sexual”, baseado na Educação em Saúde de adolescentes de 12 a 18 anos no que tange a temas relacionados com a sexualidade. O projeto objetivou dialogar com os adolescentes através de discussões e reflexões sobre o conhecimento do próprio corpo, bem como da aquisição de uma vida sexual responsável e um comportamento sexual com respeito e segurança, refletindo sobre diversos tabus e preconceitos que envolvem este tema, promovendo amadurecimento e sensibilização para o desenvolvimento sócio-pessoal do adolescente quanto à vida sexual, pensando-se num futuro livre de situações indesejadas. As ações dividiram-se em três fases, a saber: revisão bibliográfica; preparação da equipe envolvida e da comunidade, através de capacitação e envolvimento dos pais; e a execução das oficinas. A necessidade deste projeto se deu observando muitas adolescentes mães em atendimento de puericultura na UBS do Monte Pascoal. Tendo em vista as ponderações e participações dos adolescentes acerca dos temas abordados, o aprendizado e as expressões sobre suas próprias vidas sexuais e afetivas e o observado crescimento pessoal, acadêmico e reflexivo das autoras, é possível dizer que a experiência foi extremamente enriquecedora, estabelecendo uma relação de cumplicidade entre educadores e adolescentes e, portanto, favorecendo a troca de experiências e conhecimentos. Constata-se, pois, a urgente necessidade de inserção das equipes de saúde, especialmente a enfermagem na realidade e acompanhamento ao jovem/adolescente para que os mesmos não se perpetuem sendo colocados em situações de risco.

Palavras-chave: Educação Sexual; Sexualidade e afetividade; Adolescentes.

¹ Graduandas do curso de Enfermagem pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB Campus XII

² Professora Especialista



INTRODUÇÃO

A adolescência é uma fase extremamente marcante e definitiva para o processo de evolução humana, bem como, muito discutida por vários autores. “(...) é entendida como uma fase de indefinição, de transição, e ainda, um período passível de conflitos e crises, porém um período de busca de liberdade.” (SILVA; SILVA; ALVES, 2004 APUD CIPRIANO et al, 2007).

De acordo com o Brasil (2000) a adolescência é entendida em termos de idade, dos 10 aos 19 anos e caracterizada como uma fase de crescimento e desenvolvimento intensos, manifestados por mudanças fisiológicas, psicológicas e sociais. Ressalta-se que em conformidade a Organização Mundial da Saúde, é a etapa compreendida dos 10 aos 20 anos, e segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, dos 12 aos 18.

O desenvolvimento e a maturidade do adolescente sofrem muitas influências, sendo que a influência do grupo é normalmente a mais preponderante. Em se tratando da sexualidade, não é diferente e, mesmo que o adolescente possua o despertar para o agir sexual e seja, naturalmente um ser sexualizado, geralmente, ele não apresenta a completa maturidade e a responsabilidade para vivenciá-la com segurança.

A sexualidade se desenvolve durante toda a vida humana e a maneira como se dá este desenvolvimento pode variar conforme a cultura, a época e as pessoas. Entretanto, é válido salientar que a adolescência é um momento decisivo e mais visível do desenvolvimento sexual humano, pois é nela que a sexualidade se genitaliza, ocorrendo intensas transformações biopsicossociais que dão ao adolescente a possibilidade de repensar identificações e aquisições anteriores, reestruturando assim a própria identidade. Sabe-se que a sexualidade é dinâmica e assume novas formas a cada etapa do desenvolvimento humano, estando presente em todos os momentos de nossa existência permeando as relações com outros e consigo mesmo. (MINAS GERAIS, 2006)

Desta maneira, entende-se que a sexualidade não é apenas sexo, mas envolve vários aspectos, inclusive de afetividade. A Organização Mundial da Saúde (2011) afirma que “a sexualidade é um aspecto central do bem estar humano, do começo ao fim da vida, envolvendo sexo, identidade de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução”.

Portanto, levar o adolescente a pensar e a rever os próprios conceitos e valores, fazendo-o ser capaz de decidir e refletir sobre “porque sim” ou “porque não” é fundamental para a construção de seu projeto de vida. Desta maneira justifica-se o projeto em questão, o qual objetivou dialogar com os adolescentes através de discussões e

reflexões sobre o conhecimento do próprio corpo, bem como da aquisição de uma vida sexual responsável, com respeito e segurança, refletindo sobre os diversos tabus e preconceitos que envolvem este tema, promovendo amadurecimento e sensibilização para o desenvolvimento sócio-pessoal do adolescente quanto à vida sexual, pensando-se num futuro livre de situações indesejadas.

METODOLOGIA

Esta é a descrição de um relato de experiência sobre atividades educativas voltadas para a promoção da saúde de adolescentes, realizadas em uma Unidade Básica de Saúde do município de Guanambi-Ba, localizado no sudoeste baiano a aproximadamente 800 km da capital Salvador. Estas atividades de educação em saúde foram realizadas durante a vigência do projeto de extensão: Oficina de Orientação Sexual, promovido pela Universidade do Estado da Bahia- UNEB/ Campus XII.

O projeto foi desenvolvido em três etapas distintas, sendo que a primeira etapa se baseou na preparação da equipe envolvida, tanto docente, discentes e comunidade. Para tanto, foi realizada uma capacitação com os envolvidos, para que estes pudessem lidar com as manifestações da sexualidade dos adolescentes, o que firmou a busca e leituras aprofundadas de todos os conteúdos que seriam abordados.

A segunda etapa se deu no desenvolvimento da prática, através das oficinas, sendo realizadas uma vez por semana na UBS, com duração de 2 a 3 horas, nos turnos matutino e vespertino, para que pudesse contemplar a um público maior de adolescentes.

A primeira oficina denominada de ‘Puberdade e mudanças’, abordou subtemas como: imagem corporal e mudanças físicas, que influenciam a puberdade, tanto masculina quanto feminina. Foi utilizada uma apresentação de slides com uma breve explanação do tema proposto, utilizando principalmente de imagens para ilustrar as mudanças ocorridas durante tal período.

Na segunda oficina foi abordado o tema ‘Aparelho reprodutor masculino e feminino’, o qual se discutiu sobre a abordagem morfofuncional do aparelho reprodutor, higiene e menstruação. Esta se deu com a utilização de peças anatômicas e apresentação de slides para melhor visualização.

Fecundação, gestação e parto, temas da terceira oficina foram trabalhados através de uma mini palestra e da visualização de vídeos auto-explicativos com ilustrações.

O encontro seguinte teve como objeto de estudo a ‘Gravidez na adolescência: prevenção e responsabilidade’, discutindo-se as formas de prevenção, métodos

anticoncepcionais e aborto, como também os riscos de uma gestação precoce. Foram mostrados os métodos existentes, sua indicação e forma de utilização.

Já na quinta oficina, abordou-se sobre as ‘Doenças Sexualmente Transmissíveis HIV/AIDS’. Contou-se com o auxílio do Centro de Testagem e Aconselhamento de DST/AIDS – CTA. Neste dia, foram distribuídos preservativos tanto masculinos quanto femininos, bem como foi realizada uma prática sobre o uso correto dos mesmos em próteses.

A última oficina se fundamentou na ‘Violência sexual’, que teve como objetivo promover e orientar sobre os cuidados que devem ser tomados quando sua vontade é violada, e que quando submetida a essa situação, a pessoa tem amparo legal da justiça e para isso deve-se acioná-la.

Após a realização das oficinas, foi feito um teste de conhecimentos gerais sobre os temas propostos durante a efetivação do projeto e uma análise geral em discussão com o grupo sobre a satisfação, considerando tanto a opinião dos participantes, quanto das monitoras e orientadora do projeto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A orientação sexual é um trabalho extremamente importante, principalmente percebendo-se a necessidade que os adolescentes têm de educação sexual. Neste projeto observou-se que, ao término de cada oficina, os participantes se mostraram à vontade para se expressar. O sucesso alcançado junto aos adolescentes tem um grande valor, não apenas do ponto de vista profissional, como também afetivo, visto que a interação entre a equipe e os adolescentes pode ser vista como bastante satisfatória. Desde o início das oficinas, os adolescentes se mostraram receptivos, participando de todas as atividades, não só ouviram as explanações, mas interagiram fazendo perguntas e respondendo aos questionamentos, com espontaneidade e liberdade, afinal de contas, para eles é um assunto que chama a atenção e, que apesar dos muitos tabus, lhes proporciona prazer ao falar.

As oficinas realizadas durante o projeto além de ampliar o conhecimento dos participantes, possibilitaram que eles identificassem que a sexualidade não se limita apenas ao ato sexual, mas abrange diversos fatores. Percebeu-se que eles apresentam conhecimentos prévios sobre o assunto, observou-se, entretanto que estes por vezes são distorcidos, concluindo desta forma que este conhecimento em si, não tem sido suficiente para afastá-los de situações de risco, principalmente pela influencia exercida pelos grupos.

Ainda assim, tendo em vista as ponderações e participações dos adolescentes acerca dos temas abordados, o aprendizado e as expressões sobre suas próprias vidas sexuais e afetivas e o observado crescimento pessoal, acadêmico e reflexivo das autoras, é possível dizer que a experiência foi extremamente enriquecedora, estabelecendo uma relação de cumplicidade entre educadores e adolescentes e, portanto, favorecendo a troca de experiências e conhecimentos.

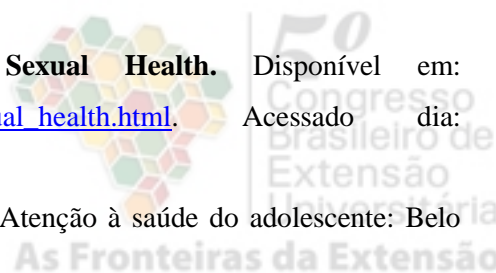
CONSIDERAÇÕES FINAIS

No bojo das discussões acerca da sexualidade e do projeto em questão, é possível constatar a relevância do mesmo, uma vez que este cooperou para que os participantes assumissem uma certa preparação para o exercício de sua sexualidade de forma segura e preventiva, diminuindo assim, os riscos à saúde, e proporcionando o bem-estar físico, psicológico e social.

No entanto, para otimização do trabalho com o adolescente é muito importante que o profissional tenha habilidade de comunicação, e que apresente questões relevantes para o jovem. Portanto, é fundamental o conhecimento e inserção prévios nas realidades e contextos vivenciados por eles, bem como a capacidade de flexibilidade do profissional e o conhecimento diversificado. Por outro lado, também é importante que o jovem tenha capacidade de comunicação. Trabalhar com o adolescente é instigante e rejuvenescedor, mas cansativo, pois exige atenção constante. Se o profissional tiver uma mente aberta para o novo, vai estar sempre aprendendo com eles e, concomitantemente obtendo resultados surpreendentes e facilmente palpáveis não somente ao término, mas em toda a travessia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. **Cadernos, Juventude e desenvolvimento**, v.1. Brasília, DF, agosto, 1999. 303 p.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. **Estatuto da Criança e do Adolescente** (Lei n. 8069/90). Brasília, DF: COMANDA, 2000.
3. OMS-1 Organização Mundial da Saúde: **Sexual Health**. Disponível em: http://www.who.int/reproductive-health/gender/sexual_health.html. Acessado dia: 04/04/2011.
4. MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde. Atenção à saúde do adolescente: Belo Horizonte: SAS/MG, 2006. 152 p. 1ª Edição



5. SIVA, SILVA E ALVES. Sexualidade e Adolescência: é preciso viver os tabus. In: CIPRIANO et all. **Sexualidade na escola: proposta educativa para adolescentes**. In: IV Encontro de Extensão da UFCG, na IV MUCA: Mostra Universitária de Ciência, Cultura e Artes.

